

II Seminário de Gestão e Avaliação em Educação PPGP/CAEd/UFJF: Discutindo Políticas e Metas Educativas

CADERNO DE RESUMOS



CADERNO DE RESUMOS

II Seminário de Gestão e Avaliação em Educação
PPGP/CAEd/UFJF

ISSN: 2358-3304

Juiz de Fora, janeiro de 2016.

COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Carolina Alves Magaldi

Dra. Ilka Schapper Santos

Dra. Juliana Alves Magaldi

Dr. Marcos Tanure Sanábio

COMITÊ ORGANIZADOR

Álison de Almeida Santos

Diovana Paula de Jesus Bertolotti

Gisele Zaquini Lopes Faria

Helena Rivelli de Oliveira

Juliana Alves Magaldi

Mônica da Motta Salles Barreto Henriques

Priscila Campos Cunha

Priscila Fernandes Sant'anna

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação Profissional Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP/CAEd/UFJF

APRESENTAÇÃO

O **II Seminário de Gestão e Avaliação em Educação PPGP/CAEd/UFJF** constitui um evento voltado para a reflexão e troca de experiências nas áreas de políticas públicas, gestão e avaliação no cenário educacional brasileiro. A sua segunda edição dedica especial atenção ao Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 e busca trazer para o debate as suas metas e demais políticas educacionais que compõem o cenário atual.

Considerando a relevância do tema para o cenário educacional do país, pensou-se em um Seminário que possibilite a presença de pensadores de referência sobre o assunto, a fim de propiciar ao público participante um espaço de formação e reflexão teórico-prática acerca do tema. Essa proposta vai ao encontro do que objetiva o Programa de Pós-Graduação em Gestão Avaliação da Educação Pública/CAEd/UFJF: a formação e a capacitação dos profissionais que atuam nas redes de ensino, visando à melhoria da educação.

O público-alvo são os alunos e egressos do PPGP e demais alunos de pós-graduação da área, pesquisadores e gestores interessados no tema.

Nesta segunda edição do evento, contamos com 67 trabalhos aprovados que foram divididos em 07 Grupos Temáticos, apresentados a seguir.

GRUPOS TEMÁTICOS

GT 1: AVALIAÇÃO EXTERNA E APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS: DISCUTINDO A META 7 DO PNE

GT 2: POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR

GT 3: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES: UMA ARTICULAÇÃO DAS METAS 16 E 17 DO PNE

GT 4: POLÍTICAS PARA A GESTÃO ESCOLAR

GT 5: IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

GT 6: PERSPECTIVAS CURRICULARES PARA CORREÇÃO DE FLUXO E INCLUSÃO

GT 7: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO: OS DESAFIOS DAS METAS 1 E 2

GRUPO TEMÁTICO 1

AVALIAÇÃO EXTERNA E APROPRIAÇÃO DE
RESULTADOS: DISCUTINDO A META 7 DO PNE

RAÇA E COR NOS RESULTADOS DO AVALIA-BH: O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES E AS POLÍTICAS DE EQUIDADE RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Robertson Saraiva (SMED/GAPED/BH)

roberstonsaraiva@gmail.com

O presente trabalho expõe os resultados da pesquisa “Raça e cor nos resultados do Avalia-BH: o desempenho dos estudantes e as políticas de equidade racial na Rede Municipal de Educação”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do grau de mestre. As diferenças de rendimento entre alunos brancos e negros é um tema de extrema relevância e bastante pesquisado no Brasil, como presente no trabalho de Carvalho (2005), bem como em relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nesse contexto, a investigação realizada neste trabalho tem como foco o desempenho dos alunos do 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da cidade de Belo Horizonte, obtidos por meio dos resultados da avaliação externa própria do município, o Avalia-BH. Optou-se por fazer um recorte específico, explorando esse sistema de avaliação a partir dos resultados em Língua Portuguesa do ano de 2013. Além de analisar a distribuição dos grupos étnicos nos níveis de aprendizagem, foi feito um cruzamento dos resultados com o nível socioeconômico desses educandos. Observou-se a ausência de equidade nos resultados, o que mostra a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a temática raça/cor com destaque à sua invisibilidade histórica. Por fim, foram elaboradas ações indicadas no Plano de Ação Educacional, tendo por objetivo contribuir para a modificação de tal realidade. Palavras-chave: Avalia-BH. Raça/cor. Equidade.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE TERESINA/PI E A ALFABETIZAÇÃO ATÉ O FINAL DO TERCEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francisca Eudeilane da Silva Pereira (SEMEC – Teresina)

eudeilane@gmail.com

Maria Salete Linhares Boakari (UFPI)

salete59@hotmail.com

Este trabalho objetiva discutir o Sistema próprio de Avaliação de Teresina (SAETHE) e desafio da Rede Municipal de Teresina (PI) em garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, conforme proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a melhoria da educação Nacional através da definição de metas consideradas prioritárias. Na meta número cinco o PNE destaca a necessidade de alfabetizar todas as crianças brasileiras até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental e o estímulo à criação de instrumentos de avaliação e monitoramento é apresentado como uma das estratégias para concretizá-lo. Este texto é ainda, parte de um mestrado em curso e fundamenta-se nas diretrizes, metas e estratégias capazes de concretizar os princípios preconizados na CF e LDB, presentes no atual Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/14, que traz dez diretrizes e que destaca em seu art. 2º: “I - erradicação do analfabetismo e IV - melhoria da qualidade da educação”, entendidos na forma de prioridade para uma década que se estenderá até 2024. Exibimos resultados observados na avaliação SAETHE/2014 nas turmas de segundos e terceiros anos do Ensino Fundamental e apresentamos como hipótese que os professores não utilizam as informações geradas pela avaliação externa em prol da elevação da proficiência dos alunos. Por fim, concluímos que é necessário aos professores do ciclo de alfabetização, fazer uso da avaliação externa apropriando-se de seus resultados e utilizando as informações para nortear os planejamentos e as práticas docentes em prol da alfabetização de todas as crianças.

Adelaide da Silva Carvalho (UFMG)

adelaidepesoares@yahoo.com.br

Este estudo tem como objetivo analisar as práticas escolares da disciplina de matemática e o uso dos jogos como facilitador da aprendizagem. O que a escola propõe é ensinar, e através do ensino formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para a vida, mas o que se evidencia é um enfraquecimento dessa função da escola e um abandono em querer aprender por parte dos alunos. A proposta de investigação desse trabalho é fruto de várias inquietações acerca do insucesso de estudantes nas séries iniciais do ensino fundamental, sobretudo no ensino da matemática, a qual eu me deparo todos os dias em minha prática pedagógica numa escola Municipal do Município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. Esta pesquisa será desenvolvida para analisar as possibilidades de aprendizagem a partir do jogo, analisando os sujeitos envolvidos por meio de análise exploratória onde serão apresentados indicadores descritivos sob um aspecto de relevância científica, social e pedagógica. As concepções sobre jogo, brincar, sujeito e aprendizagem têm sofrido várias mudanças ao longo do tempo e são quase sempre movidas e influenciadas pelas demandas sociais, culturais e econômicas de cada tempo e momento histórico. Nos últimos anos, a reflexão sobre tais temas visam buscar soluções para os altos números do fracasso escolar (evasão, repetência, analfabetismo, má-formação escolar e acadêmica). A aprendizagem é um processo de mudança que ocorre com o desenvolvimento das habilidades cognitivas advindas das interações sociais entre as estruturas mentais e o ambiente, onde o conhecimento é construído e reconstruído constantemente. Oferecer oportunidades para que o estudante jogue é algo importante, pois no jogar o estudante estimula a criatividade e a autoestima, desenvolve a capacidade de abstração, estimula o hábito de refletir antes de agir, aprende a respeitar regras e limites, além de auxiliar o estudante/criança no desenvolvimento no ensino da matemática, sendo um excelente suporte pedagógico. Tendo em vista que o jogo conta com a motivação dos estudantes, o mesmo pode ser de grande interesse para a escola, uma vez que tem múltiplas relações com o ensino aprendizagem e permite ao sujeito a compreensão da realidade que o cerca a partir de suas observações e interações que são feitas durante o momento do jogo. A hipótese é que a utilização do jogo dentro da sala de aula pode ser uma estratégia viável para que os estudantes consigam assimilar os conteúdos da forma que lhes são oferecidos. Pensando no jogo como recurso a ser utilizado na prática pedagógica, faz-se necessário criar estratégias relacionadas à aprendizagem dos estudantes de forma integral, tendo como objetivo a construção da autonomia, disciplina e respeito às regras. Palavras-chave: Aprendizagem. Jogo. Matemática.

A AVALIAÇÃO NACIONAL MOÇAMBICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA EM 2013: PRINCIPAIS RESULTADOS E UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA PARA A 3ª CLASSE DO ENSINO PRIMÁRIO

Luis Antonio Fajardo Pontes (CAEd/UFJF)

lafp2000@yahoo.com

Este artigo investiga os resultados da avaliação nacional moçambicana de 2013, que teve por propósito avaliar as habilidades em Língua Portuguesa dos alunos matriculados na 3ª classe de seu Ensino Primário. Primeiramente, apresentam-se algumas características gerais do sistema educacional moçambicano, tanto em termos de desenvolvimento como também das iniciativas de avaliação em larga escala que lá têm se produzido nas últimas décadas. Nesse sentido, e em particular, menciona-se também a participação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora, que, a partir de 2009, iniciou um programa de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) do Ministério da Educação moçambicano, no sentido de capacitar equipes técnicas e promover avaliações em larga escala da educação no país africano. Tais esforços resultaram, entre outros produtos, na realização de uma avaliação amostral nacional da 3ª classe do Ensino Primário de Moçambique. Com base em tais resultados, e utilizando uma metodologia envolvendo os percentuais de acerto corrigidos para o acerto casual dos itens, foi possível criar uma classificação para estes últimos quanto à sua respectiva dificuldade relativa, bem como estabelecer quatro níveis de proficiência para os alunos: adequado, regular, insuficiente e não-alfabetizado. Finalmente, com base em ambas essas classificações, também se conseguiu descrever o desempenho dos alunos da 3ª classe, tanto no nível nacional de Moçambique, como também no de suas 11 províncias. Nesse sentido, uma constatação de relevo é a ocorrência de elevados percentuais de alunos situados nos dois níveis inferiores de proficiência, tanto em termos nacionais quanto provinciais, muito embora também se observe um maior desempenho médio nas províncias do Sul do país.

AVALIAÇÕES EXTERNAS: REFLEXÕES SOBRE O USO DOS RESULTADOS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Cíntia Cristina de Campos Silva (Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco – MG)

citajo@yahoo.com.br

Raquel Vianelo Sell (Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco – MG)

raquelvsell@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é investigar e analisar qual o conhecimento e entendimento que os professores possuem com relação às avaliações externas, mais especificamente quanto à Prova Brasil, buscando refletir sobre a relação entre avaliação do sistema e do desempenho escolar e da prática docente, e, a partir dessa reflexão, procurar formas de relacionar esses resultados com o processo ensino-aprendizagem presentes na escola. É notável o temor que as avaliações externas provocam em muitas escolas. Falas e concepções, muitas vezes, equivocadas permeiam o discurso de muitos educadores, que, desconhecendo o real objetivo destas avaliações, as veem como um método exclusivo de avaliar a prática docente. Entretanto, são inegáveis os benefícios que os resultados das avaliações externas podem trazer para a melhoria da educação, em especial, a Prova Brasil, que é o cerne deste trabalho. Discutir a avaliação implica necessariamente em discutir a educação, já que é parte desta, de forma que, repensar o ato de avaliar imprime a necessidade de repensar o processo e as políticas educacionais. Como ponto de partida discutiu-se questões relacionadas às avaliações externas nas quais vários questionamentos surgiram a partir dos referenciais discutidos e analisados, começou-se, então, a pensar sobre o real objetivo das avaliações e entender que são instrumentos para melhorar a qualidade da educação, contrariando, assim, visões errôneas e equivocadas de professores em várias unidades escolares. Com os resultados da Prova Brasil de 2013, foi feita uma análise dos dados buscando estratégias para o aprimoramento do ensino em nossa escola. Professoras do 5º ano e Coordenação Pedagógica formaram um elo, a fim de que estes resultados fossem realmente favoráveis para o aprimoramento do ensino. A partir das discussões e dos resultados das avaliações, percebeu-se que mudanças na interpretação das mesmas devem ser feitas. É preciso reconhecer que essas avaliações são um instrumento benéfico para o trabalho cotidiano da escola, e assim fazer uso dos dados para melhorar a qualidade do ensino ofertado. O IDEB alcançando pela instituição em questão foi de 6,2 em 2013, ou seja, acima da meta para 2022, que era de 6,0. Este resultado só foi possível devido ao comprometimento da equipe escolar no envolvimento com os discentes. Os resultados da avaliação externa, mais especificamente da Prova Brasil, devem ser analisados a cada prova feita. Assim que os resultados estão disponíveis na internet ou chegam para a escola é importante que seja discutido para um possível enriquecimento sobre o assunto. Existe um comprometimento entre todos os membros da equipe, independente do resultado o mérito é de todo o grupo. Conclui-se que a Prova Brasil precisa ser compreendida melhor, e que deve partir também dos próprios professores estudar mais sobre estas avaliações para expor suas ideias baseando-se em argumentos pertinentes para se discutir e refletir em alternativas que contribuem efetivamente para a melhoria da qualidade da educação. O fato é que se deve focalizar sempre o ensino-aprendizagem do aluno.

A APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS DO SADEAM PELAS ESCOLAS ESTADUAIS DE BARCELOS (AM)

Marcia Cristina da Mota Sales (SEDUC/AM)

mmota@caed.ufjf.br

Helena Rivelli de Oliveira (CAEd/UFJF)

helena.oliveira@caed.ufjf.br

Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim (UFJF)

isabel.alvim@ufjf.edu.br

O presente artigo é um recorte da dissertação intitulada “Gestão de resultados escolares: um estudo das escolas estaduais no município de Barcelos (AM)”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, e tem por objetivo compreender a percepção dos gestores das três escolas estaduais do município amazonense de Barcelos sobre a apropriação dos resultados do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). A preocupação com a gestão de resultados passou a influenciar as políticas públicas educacionais do governo estadual a partir do início dos anos 2000 com as demandas representadas pelos resultados das avaliações externas. As três escolas estaduais de Barcelos, assim como as demais escolas do estado, foram impactadas por essas políticas. Para este estudo realizaram-se a observação das escolas e entrevistas com as Gestoras e os Pedagogos das três escolas. O trabalho foi fundamentado nas discussões de Franco e Bonamino (2005), Sammons (2008), Polon (2009) e Lück (2009). Os resultados da pesquisa apontaram, principalmente, para três sentidos: (1) existência de dificuldades, por parte das equipes gestoras, de apropriação dos resultados das avaliações externas e de execução de ações com base nos resultados; (2) ausência de um planejamento pedagógico e de acompanhamento das atividades dos professores por parte dos gestores; (3) ausência de capacitação adequada para os gestores pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC/AM) com ênfase na gestão de resultados.

ANÁLISE DO DESEMPENHO EM MATEMÁTICA DOS ALUNOS NO SISTEMA
PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE) – O
CASO DA EEM PROFESSORA FRANCISCA LINHARES DE SOUSA

Francisco Jucivânio Felix de Sousa (UFJF)

juc.fe@uol.com.br

Marco Aurelio Kistemann Junior (UFJF)

marco.kistemann@ufff.edu.br

Thamyres Wan de Pol Fernandes (UFJF)

thamyres.fernandes@caed.ufff.br

O presente trabalho em andamento tem como objetivo analisar a situação do desempenho em Matemática, dos alunos do Ensino Médio da EEM Professora Francisca Linhares de Sousa, escola pertencente à rede estadual de ensino do estado do Ceará, evidenciada nos resultados do SPAECE nos anos 2012 a 2014. Esses resultados mostram que esses alunos não desenvolveram competências e habilidades mínimas e estão muito aquém do esperado para o período de escolarização em que se encontram. Apresenta-se como questão central: Quais os fatores que interferem no baixo rendimento nas avaliações externas da disciplina de matemática a partir das práticas da gestão da referida escola? Objetiva-se propor sugestões de ações para a situação analisada, visando contribuir com a elaboração de uma proposta de intervenção para minimizar a defasagem de aprendizagem de Matemática na referida escola. Essas discussões serão desenvolvidas por meio de um diálogo com os seguintes autores Lück (2000, 2009), Souza (2009), Machado et al (2014), Freitas (2014), D'Ambrósio (2009), Muniz (2010), Brito Menezes (2006), Lorenzato (2006) que abordam questões como apropriação de resultados, autonomia escolar e responsabilização devendo ser entendidas dentro de um processo de gestão da escola, onde todos os atores escolares precisam estar envolvidos nesse processo de tomada de decisão para a melhora do desempenho acadêmico dos alunos e na prática pedagógica dos professores de matemática. Por meio de uma pesquisa preferencialmente qualitativa, a metodologia desse estudo caracteriza-se, como estudo de caso, pois a vivência e convivência do pesquisador com os atores sociais envolvidos no estudo tornar-se-ão importante na descrição e reflexão dos saberes e processos da gestão escolar estudados, fazendo conexão entre os aspectos do desempenho escolar, da gestão e dos aspectos da apropriação dos resultados na disciplina de Matemática. O levantamento dos dados será realizado in loco, por meio de observações na instituição alvo da pesquisa, tendo em vista o caráter descritivo do estudo, o instrumento de pesquisa será um questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa: professores da disciplina de Matemática e os integrantes do núcleo gestor (diretor e coordenadores escolares) da escola em estudo.

GESTÃO ESCOLAR: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ADAPTAÇÃO DISCENTE NOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO ESCOLAR DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS DA COORDENADORIA 03 – SEDUC/AM

Ronny Alex Liborio dos Santos (UFJF)

ronnyalex13@gmail.com

A reprovação escolar ainda é um problema grave da educação brasileira e que tem grande influência nos resultados apresentados pelas avaliações educacionais. A adaptação discente durante as transições entre os ciclos escolares constituíram o recorte entre as causas do fracasso escolar para nortear as análises desse problema entre os alunos que ingressam no 6º ano. O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência da adaptação discente sobre os índices de reprovação escolar do 6º ano do ensino fundamental das escolas da Coordenadoria Distrital 03 da rede estadual de ensino do Amazonas. Analisar as causas e as consequências da reprovação escolar nos direcionam para uma investigação que se utilize de instrumentos qualitativos de análise, dentre os quais, o questionário, a entrevista e a observação, que em colaboração com a análise documental e a pesquisa bibliográfica, apresentam a análise de autores que discutem a reprovação escolar e a adaptação discente. Tal processo dará suporte para que venhamos a comprovar com mais segurança a influência da adaptação discente sobre a reprovação no 6º ano durante as transições escolares. Por fim, nossas conclusões servirão de aporte para a construção do Plano de Ação Educacional, que objetiva ajudar as duas escolas investigadas a diminuir a reprovação escolar, principalmente nos ciclos iniciais, pois essa retenção tem reflexo direto na continuidade e na conclusão da trajetória escolar dos mesmos. Ainda sobre o referido plano, temos a possibilidade de adequação e ampliação para rede estadual de ensino do Amazonas.

GRUPO TEMÁTICO 2

POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR



O EMBATE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Fernando de Sousa Santana (FUCAP – Ponte Nova)

professor.santana@yahoo.com.br

Samuel Gonçalves Pinto (FUCAP – Ponte Nova)

samuel.pto@gmail.com

Telma de Oliveira Vidigal (FUCAP – Ponte Nova)

telmavidigal@yahoo.com.br

Compreender a educação superior no Brasil supõe conhecer como se deu, historicamente, o embate com as forças privatistas presentes em toda história educacional brasileira, ora se apresentando com maior ou menor expressão, ora adquirindo características diferenciadas. Nesse sentido o presente trabalho objetiva analisar os confrontos entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado, cujas demarcações teórico-conceituais sofrem alterações substantivas ao longo da história, apesar de resultarem da precária delimitação entre as esferas pública e privada da sociedade. Essa indefinição fronteiriça acarreta, particularmente, a ambiguidade do Estado enquanto expressão de poder público. Assim essas ideologias em conflito, vão assumido contornos e configurações diferenciados ao longo do processo histórico tendo em vista as questões conjunturais em que se efetivam. A abordagem dada ao trabalho analisou como os governos brasileiros conciliaram um suposto ensino democrático em termos de acesso e concepção e às políticas neoliberais aplicadas na época. Para tanto buscou-se identificar dispositivos nas leis que evidenciassem a forte tendência privatista, seus defensores e os interesses que os moviam, bem como, a crítica e a resistência dos que se postaram em defesa da escola pública e suas rechaças à educação voltada à lógica do mercado. Dentre as principais conclusões destaca-se: acentuado processo de privatização na educação, que se explicita ora pelo fornecimento de serviço, ora pelo financiamento, ou ainda pela forte influência de valores e demandas mercadológicas sobre o ensino; aberturas e concessões por parte dos governos nas leis educacionais no sentido de destinar verba pública às instituições particulares.

O QUE SERÁ DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR? SINAES? INSAES? UM EXERCÍCIO PROJETIVO A PARTIR DO PNE (2014-2024)

Roberto Araújo da Silva (UNISANTOS)

roberto.araujodasilva@yahoo.com.br

Maria Angélica Rodrigues Martins (UNISANTOS)

maria.angelica.rm@gmail.com

Trata-se de estudo que integra pesquisa em andamento sobre política de avaliação da educação superior, no caso, do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e sua articulação com a gestão de instituições de educação superior (IES) do setor privado em região metropolitana carente de universidades públicas. Apoiar-se em pesquisa e textos acadêmicos que destacam a influência do setor privado na educação superior brasileira, além de ressaltar o SINAES como política de maior duração no que tange à avaliação nesse nível, seu caráter inovador, suas tensões, alterações e críticas recebidas, especialmente em sua implantação. Focaliza sua influência na gestão de IES privadas que necessitam de aprovação e bons resultados nas avaliações externas para continuarem funcionando e divulgando seus resultados junto ao grande público. Resume o projeto de Lei do INSAES (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior) e considera o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) em sua meta de número 13 que dispõe sobre a elevação da qualidade da educação superior e cita na estratégia 13.1 o aperfeiçoamento do SINAES, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão. A partir desse cenário, o estudo objetiva realizar um exercício de caráter prospectivo considerando as três modalidades de avaliação adotadas no Sistema – avaliação institucional, avaliação de cursos e de desempenho de estudantes – e os indicadores Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). Uma justificativa para esse exercício origina-se na falta de tradição universitária no país – nossa primeira universidade data de 1920 – e o veloz crescimento do setor privado nas últimas décadas, com instituições de diversos tipos de organização acadêmica, porte, localização e missão dependentes da procura do alunado para sua sobrevivência. Dadas a carência dessa tradição e a necessidade de aprovação e bons resultados, acredita-se que tais IES tomem as diretrizes expressas nos instrumentos e procedimentos de avaliação externa oficiais como paradigma de qualidade e não como um patamar ou um parâmetro básico a ser atendido. Uma segunda justificativa para esta investigação deriva de análises do SINAES com ênfase na modalidade de avaliação em maior evidência, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e sua repercussão na gestão de cursos de graduação. O procedimento metodológico prevalente consiste na análise da bibliografia pertinente e de documentos oficiais. Os primeiros resultados dessa sondagem apontam a necessidade de cuidados especiais para que o disposto nas orientações e diretrizes oficiais deixem claro que o ali definido representa apenas uma regra geral para o país do que pode ser avaliado e acompanhado com os instrumentos disponíveis e que a educação superior, por tratar-se de processo formativo que transcende o preparo profissional, apresenta muitas outras possibilidades de alargamento e aprofundamento das funções que lhe são comumente atribuídas. Um segundo produto dessa reflexão diz respeito ao acesso do público leigo aos resultados das avaliações externas nesse nível, no sentido de compreender seu valor ao mesmo tempo em que toma ciência de suas limitações dada a complexidade do objeto avaliado.

O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFJF PERANTE O PADRÃO LEGAL E AS AVALIAÇÕES DO TCU EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Enio Henrique Teixeira (UFJF)

eniohenrique@yahoo.com.br

O presente trabalho centra-se na análise da implantação da gestão compartilhada com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no Hospital Universitário (HU) da UFJF, dando ênfase ao Plano de Reestruturação Anual, que constituiu o primeiro instrumento utilizado da nova gestão e também nas manifestações do Tribunal de Contas da União (TCU) em avaliações de vários hospitais universitários federais (HUF). O tema de pesquisa é justificado pelo fato de haver a implantação de uma nova gestão no Hospital Universitário da UFJF, também em razão de que a mesma se deu em virtude de vários problemas de gestão, assim como vem ocorrendo com outros HUF, já demonstrando a sua importância e justificando a promoção da investigação de pesquisa educacional. O objetivo geral proposto para a pesquisa constituiu em investigar como está sendo implantada a gestão compartilhada com a EBSERH no Hospital Universitário da UFJF, a partir do seu Plano de Reestruturação, e apurar acórdãos do TCU que tenham reflexos na gestão de HUF. E os objetivos específicos foram: levantar o histórico, criação e características do Hospital Universitário da UFJF e a EBSERH; conhecer o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF; investigar o processo de adesão à gestão da EBSERH; conhecer o teor do Plano de Reestruturação elaboração pelo Hospital Universitário da UFJF para comparar ao padrão; levantar planos de reestruturação de alguns hospitais universitários federais para compará-los com o da UFJF; verificar o resultado de avaliações do TCU a respeito de HUF. A metodologia de trabalho constou de analisar e apresentar a documentação indireta baseada em pesquisa bibliográfica, documental e legislação. A pesquisa permitiu verificar que o Plano de Reestruturação do HU/UFJF não atende plenamente ao padrão legal satisfatório, contém 61 (sessenta e uma) metas distribuída em 18 (dezoito) ações estratégicas para um período curto de execução de 1 (um) ano e que esta insuficiência do plano evidencia a necessidade de melhorias principalmente no planejamento da instituição, o que pode ser corrigida no plano diretor bienal, segundo instrumento da implantação da gestão compartilhada. Adiciona-se que o TCU fiscalizou diversos hospitais Universitários federais entre 2006 e 2013 e encontrou vários problemas, como terceirizações irregulares, precariedade na contratação das Fundações de Apoio e deficiência nos controles internos. A deficiência na reestruturação do Hospital Universitário da UFJF permite concluir que poderão ocorrer problemas e/ou poucos avanços na gestão compartilhada, além de dificuldades em executar as metas da instituição, bem como de alcançar os seus objetivos. E pelas manifestações do TCU percebe-se que há a necessidade de melhorias na gestão dos hospitais universitários, especialmente quanto aos recursos financeiros e de pessoal.

A IMPLANTAÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: SUBSÍDIOS PARA UM DEBATE

Tatiana Costa Coelho (FAGOC)

tatiana.coelho@fagoc.br

Adriana Maria Vieira Molica (FAGOC)

adrianafagoc@yahoo.com.br

Com o surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação percebemos também grandes mudanças no processo de ensino. Desse modo, as práticas de ensino devem ser repensadas e aprimoradas. Se faz necessário uma análise sobre o professor-tutor inserido no contexto de educação a distância online, trazendo à tona as principais diferenças entre suas atividades e aquelas atribuídas ao professor convencional aquele que exerce sua função exclusiva dentro da sala de aula. Partindo desse pressuposto, o objetivo desse trabalho consiste em analisar o impacto da inserção das disciplinas semipresenciais numa instituição de ensino superior na região de Ubá. Amparados pela portaria do Ministério da Educação nº 4.059/2004 que trata de ensino a distância semipresencial, a instituição decidiu ao longo do segundo período de 2015 implantar nos seus cursos reconhecidos pelo Mec algumas disciplinas semipresenciais como Metodologia Científica, Sociologia, Libras e Filosofia. A partir desse momento, o aluno desenvolve as atividades não presenciais a partir de um programa supervisionado por um tutor que é o professor da disciplina, mas sem a necessidade de se fazer presente a Instituição de Ensino Superior como no ensino presenciais. Ao longo do semestre letivo aplicamos questionários para os discentes e os docentes das disciplinas citadas acima, bem como entrevistamos a direção acadêmica da instituição sobre como se deu a introdução das disciplinas. A partir daí realizamos, juntamente com essas informações e a literatura específica realizamos um cruzamento de informações acerca da situação das disciplinas. A conclusão parcial é que a princípio identificamos parte do corpo docente empenhado em implantar essa nova modalidade de ensino. Contudo, nossa conclusão inicial é que ainda observamos alguns docentes com receio da implantação das disciplinas semipresenciais como uma maneira de serem prejudicados com a diminuição de sua carga horária.

O FRACASSO NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA DA UFSJ: ULTRAPASSANDO A META 12 DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE/ 2014-2024)

Franciele Daiane Rodrigues Resende (UFSJ)

francieleaianerodrigues@gmail.com

Écio Antônio Portes (UFSJ)

eaportes@gmail.com

Em 25 de Junho de 2014, foi promulgada a lei nº 13.005, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. O objetivo desse plano é melhorar a educação, expondo diretrizes e metas a serem alcançadas. Todavia, o plano que vigorou de 2001 até 2010 não atingiu todas as metas: questões significantes ficaram de fora ou não foram alcançadas. Por isso, este trabalho tem o intuito de trazer contribuições para complementar a meta 12 do PNE, que vigora de 2014-2024. Tal meta consiste em elevar a taxa de matrícula na Educação Superior e assegurar a qualidade dessa oferta. No Brasil, as pesquisas que utilizam o trabalho etnográfico, tendo as universidades como campo de investigação, são raras. Para além da observação da vida estudantil, não foram encontrados estudos que buscassem compreender como acontecem as evasões no cotidiano universitário. Diante desta justificativa, o presente trabalho teve como objetivo analisar como se construiu, cotidianamente, o fracasso universitário no curso de Licenciatura em Física, da Universidade Federal de São João del-Rei. Essa investigação foi fruto de uma pesquisa de Mestrado em Educação. O curso de Física foi escolhido porque nele o jogo da permanência é o mais difícil de ser jogado. Para alcançar esse propósito, a metodologia da pesquisa se apoiou nos moldes etnográficos: o investigador se dispôs a assistir as aulas do curso de Física, durante o ano de 2014 e criar uma relação direta com a realidade dos atores sociais pesquisados. Utilizou-se também de questionários na busca de conhecer as características básicas com as quais a sociologia opera. Tomou-se a Etnometodologia, proposta por Alain Coulon (1995), como ciência capaz de ajudar a compreender os fatos cotidianos. No total, foram 19 estudantes e 11 professores investigados. Observou-se que a sala de aula era composta por rituais complexos que regiam as relações e os professores não eram neutros na relação educativa. A grade curricular do curso de Licenciatura em Física era formada por conteúdos densos a serem ensinados em curto período de tempo e as avaliações eram o terror para os estudantes. O que fazia diferença para obter sucesso no curso de Física era a idade: quanto mais jovens eram os estudantes, mais apresentavam um melhor resultado. Todavia, os estudantes mais jovens que estavam obtendo sucesso, durante o processo de investigação, tendiam a abandonar o curso de Física e ingressar em outros cursos de maior prestígio. Nesse ponto, a pesquisa desvendou algo que diz respeito aos fracassos universitários: o curso de Física não era um curso de “desejo”. Os estudantes viam o curso de Física como uma via para conseguir transferência para as Engenharias. Pode-se pensar que o desprestígio da carreira docente tem acarretado uma crise nas Licenciaturas em diversas universidades brasileiras. Como considerações do trabalho, tem-se o fracasso como resultado de um desastre relacional dos estudantes com os professores, como consequência de comportamentos pessoais e como efeito de uma não afiliação com a universidade e com o currículo do curso. Vale ressaltar, que existiram aqueles sujeitos que fracassaram no curso de Física, mas continuaram na busca por um diploma do Ensino Superior, em outros cursos mais seletivos.

Fernando de Sousa Santana (FUPAC – Ponte Nova)

professor.santana@yahoo.com.br

Samuel Gonçalves Pinto (FUPAC – Ponte Nova)

samuel.pto@gmail.com

Guilherme Ítalo Nunes de Oliveira (FUPAC – Ponte Nova)

guilhermeoliveiranunes2015@hotmail.com

As exigências dos consumidores têm requerido um esforço de adaptação e atualização por parte das empresas. Não importa para qual setor especificamente, mas é notável o empenho destas em melhor gerenciar seus bens e recursos na tentativa de se preservar no mercado e conquistar novos clientes. A busca em oferecer produtos e serviços de qualidade se tornou uma condição para a sobrevivência e crescimento dessas organizações. Um dos setores que tem se submetido a essa pressão é o educacional, uma vez que as instituições de ensino precisam acompanhar as inovações, adaptar-se às mudanças e buscar melhorias nos serviços prestados aos seus alunos e às comunidades em que atuam. O presente artigo teve como principal objetivo verificar quais são os fatores que interferem na formação da imagem de uma escola de ensino superior, segundo a percepção de seu público alvo no que diz respeito ao curso de graduação em Administração de uma instituição de ensino superior do interior do estado de Minas Gerais, valendo-se das pesquisas descritiva e exploratória por considerá-las as mais adequadas na elaboração deste estudo. Após a aplicação da pesquisa, os elementos obtidos foram verificados por meio de análise multivariada de dados, que é um método estatístico muito amplo, aplicado quando se deseja avaliar informações, que não são diretamente mensuráveis. Para realização da pesquisa utilizou-se um questionário, aplicado em igualdade de condições a todos os entrevistados. O questionário constituiu-se em duas etapas. A primeira parte teve a intenção de buscar informações sobre o entrevistado: período e turno que está cursando, sexo, idade, dados relativos à sua formação intelectual anterior, trabalho e renda familiar. A segunda parte trouxe questionamentos referentes à formação profissional de nível superior em geral, além de englobar perguntas relativas à avaliação/opinião do aluno quanto ao curso de graduação em Administração e quanto à própria instituição de ensino em questão. É uma tarefa difícil proferir conclusões mediante dados a cerca dos indivíduos. Dessa forma, para fazer essa verificação, o presente trabalho utilizou técnicas estatísticas de análise multivariada. Dentre essas técnicas, podemos citar a análise de componentes principais (ACP) e a análise fatorial (AF). Os resultados alcançados, através das análises podem servir como base para criação de metas de melhoria para a formação da imagem de uma instituição de ensino superior, por representarem a opinião do principal público desse estabelecimento. Portanto sugere-se que sejam criadas metas de melhoria para que a imagem dessa instituição possa se tornar a melhor possível, perante seu principal público alvo, os seus alunos.

AVALIAÇÃO DOS EGRESSOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: ESTUDO REALIZADO NA FACULDADE GOVERNADOR OZANAM COELHO

Pricylla Soares de Freitas (FAGOC)

pricylla.freitas@gmail.com

Nathália Carvalho Costa (FAGOC)

nathaliacarvalhoadm@gmail.com

Leonardo Parma de Lima (UCAM)

lparmadelima@gmail.com

Um dos papéis das instituições de ensino superior é a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, onde estes possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade. Saber se os estudantes egressos estão inseridos ou com perspectiva de inserção no mercado de trabalho é um dos indicadores que o curso superior está cumprindo com seus objetivos. Além desta aspecto, há de se entender que a satisfação dos estudantes para com o curso que realizou é fator de escolha de futuros estudantes e crescimento da instituição. Diante deste contexto, este trabalho teve como o objetivo geral analisar dados da avaliação dos egressos dos cursos de graduação da Faculdade Governador Ozanam Coelho -FAGOC , buscando identificar se esses profissionais atuam na área de formação e avaliar sua satisfação no que tange ao aspecto financeiro e a contribuição que a Faculdade teve em sua formação como profissional. A pesquisa se classifica como descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados a partir das informações geradas pela instituição na avaliação realizada com os egressos de 2014. Os resultados demonstram que a maioria dos egressos, além, de atuar na área de formação, está satisfeita no que diz respeito ao aspecto financeiro, assim como no social. Foi possível perceber a relevância do curso de graduação para os estudantes da instituição, transmitindo para esta a necessidade constante de aperfeiçoamento de seu projeto didático-pedagógico, de modo a possibilitar a inserção satisfatória de seus estudantes no mercado laboral.

O ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFJF: PANORAMA E PERSPECTIVAS DE AVANÇO

Elaine Leite Araujo Silva (UFJF)

elaines.mestrado@caed.ufjf.br

O presente trabalho tem o intuito de investigar os estágios não obrigatórios nos cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O interesse pela investigação dessa modalidade de estágio surgiu, pois trabalho na Coordenação de Estágios da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) desde Junho de 2012, atendendo os estudantes que comparecem à Coordenação para a regularização e registro de seus documentos de estágio. Pude perceber que os estudantes parecem não compreender essa modalidade de estágio como uma experiência de aprendizagem acadêmica e sim como uma oportunidade de conseguir trabalho ou remuneração. A Lei 11.788/2008, a qual regulamenta a relação de estágio, estabelece que essa relação deverá ser acompanhada de modo efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino. Com base nessa Lei, o Regimento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF, aprovado em fevereiro de 2014, preconiza que os cursos de graduação devem constituir uma Comissão Orientadora de Estágio (COE) para o acompanhamento dos estágios em ambas as modalidades obrigatório e não obrigatório. Para tanto, as atribuições da COE foram regulamentadas pela Resolução nº 115/2014, do Conselho Setorial de Graduação da UFJF (CONGRAD) e, embora essa criação tenha sido estabelecida desde a aprovação do RAG em 06 de fevereiro de 2014, mais da metade dos cursos presenciais e a distância não possui sua COE instalada. Diante desse panorama, apresenta-se a seguinte pergunta norteadora: como é organizado o monitoramento do estágio não obrigatório nos cursos de graduação da UFJF? Assim, esse estudo objetiva descrever o estágio não obrigatório nos cursos de graduação elencados para este estudo: Engenharia, Administração e Enfermagem; analisar a Lei 11.788/2008, o RAG e a Resolução nº 115/2014 que dispõe sobre a criação das COEs nos cursos de graduação da UFJF, além dos regulamentos das COEs dos cursos de graduação; verificar como ocorre o monitoramento do estágio não obrigatório naqueles cursos, e, ainda, apresentar a perspectiva dos atores envolvidos na organização, acompanhamento e monitoramento do estágio não obrigatório nos cursos de graduação da UFJF. Para tanto, foi iniciada uma análise documental e estão previstos os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevistas semiestruturadas com a Pró-Reitora de Graduação, com a Coordenadora de Estágios da PROGRAD, com os Presidentes das COEs e Professores Orientadores do estágio não obrigatório dos Cursos de Engenharia Civil, Administração e Enfermagem, a fim de verificar como está acontecendo a relação do estágio não obrigatório na perspectiva desses atores. Pretende-se, ainda, aplicar questionários a estudantes de cada curso objeto da pesquisa que estão encerrando o estágio não obrigatório. Esta análise está fundamentada, até o presente momento, nas pesquisas de Oliveira (2009), Bianchi e Oliveira (2011), Chaud e Abreu (2011), Assis e Rosado (2012), Pires (2012), Ésther (2015) e Toledo (2015), os quais abordam o estágio não obrigatório e a importância da orientação e acompanhamento do estudante por um professor orientador da Instituição de Ensino Superior.

Franciene Aparecida da Silveira (UFJF)

ffrancyjf@yahoo.com.br

Este trabalho busca apresentar a experiência com oficinas pedagógicas de técnicas de estudo, oferecidas aos estudantes atendidos pelo programa Apoio Estudantil da UFJF. Foram propostas 4 oficinas, oferecidas semestralmente, sendo duas em março e as demais em agosto de 2014, com a duração média de duas horas-aula cada. Essas oficinas tiveram o objetivo de trabalhar os conteúdos relacionados com a gestão e organização do tempo no contexto acadêmico, estratégias e atitudes para um melhor desempenho nas provas e na apresentação de trabalhos, além de algumas técnicas de estudo adicionais que podem ser utilizadas. A metodologia de pesquisa utilizada para esse trabalho foi à pesquisa survey. Esse tipo de pesquisa pode ser descrito como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento, normalmente um questionário (Babbie, 1999). De acordo com Freire (2003), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Partindo desse pressuposto a oficina pedagógica é entendida como uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, porém, com base teórica. A construção dos saberes na oficina decorre, principalmente, do conhecimento prévio, dos interesses, das necessidades e das habilidades dos jovens discentes. Sendo assim, a oficina pedagógica pode contribuir com a proposta de aprendizagem, como uma nova forma de intervenção da ação pedagógica. Como nos apresenta Morin (1999), uma mente bem formada é uma mente apta para organizar os conhecimentos e, não somente acumulá-los. Neste sentido, poder-se-ia, inclusivamente, dizer que o domínio da matéria, só por si, é insuficiente. Portanto, ter um momento para se pensar na organização do tempo e do conhecimento é muito salutar e pode favorecer que a aprendizagem aconteça de um modo efetivo. E muito comum na universidade encontrarmos estudantes angustiados e temerosos com o desafio de cursar uma universidade, já que, no ensino superior, a responsabilidade pelo aprendizado, é agora deslocada para o estudante. Dele se espera autonomia na aprendizagem, na administração do tempo e na definição de metas e estratégias para os estudos (Soares, Almeida, Diniz & Guisande, 2006). Torna-se, portanto, relevante um espaço para trocas e construção de conhecimentos que facilitem a vida universitária. De forma geral, a partir do survey, os estudantes consideraram o tema relevante, de grande contribuição para a aprendizagem e que correspondeu ao esperado. Como nos mostra a fala de Paula: “Todos os temas abordados foram muito interessantes, porque são úteis no nosso dia-a-dia principalmente pra gente que está entrando agora na ufjf e ainda tem muitas dúvidas” (Paula* , 2º período). Podemos concluir que as oficinas pedagógicas cumprem seu papel de contribuir para a construção do conhecimento, além de possibilitar aos estudantes diminuir a tensão e enfrentar as dificuldades de forma mais tranquila. *O nome utilizado nesse trabalho é fictício para proteger a identificação do estudante.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: O CASO DO CAMPUS DA UFJF EM GOVERNADOR VALADARES

Leonardo Alexandrino de Almeida (UFJF)

admleonardoujf@gmail.com

O trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) discute a gestão da informação e do conhecimento no campus da UFJF em Governador Valadares (UFJF-GV). O processo de implantação do referido campus iniciou-se no segundo semestre de 2012. O desenvolvimento da pesquisa se justifica pela importância que a informação e o conhecimento assumiram na sociedade moderna e a consequente necessidade que as organizações públicas e privadas têm verificado em gerir esses ativos intangíveis, criando valor para seus clientes ou usuários. O interesse do pesquisador pelo assunto surge de suas observações como estudante e profissional que exerce suas atividades na UFJF-GV. O estudo tem como objetivos: descrever os processos e dificuldades da gestão da informação e do conhecimento organizacional no campus da UFJF em Governador Valadares; analisar os processos e possíveis entraves na gestão da informação e do conhecimento na UFJF-GV; propor um Plano de Ação Educacional (PAE) para aprimorar os processos de gestão da informação e do conhecimento organizacional adotados no campus da UFJF em Governador Valadares. Assume-se como hipótese que o processo de implantação do novo campus enfrenta dificuldades em relação ao fluxo de informações e disseminação do conhecimento organizacional. Para desenvolvimento do trabalho, adotou-se uma pesquisa predominantemente qualitativa, buscando analisar como ocorre a gestão da informação e do conhecimento no campus e os seus principais obstáculos. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram uma entrevista semiestruturada com servidores que atuam na gestão da unidade e em setores diretamente ligados à gestão da informação e do conhecimento e um questionário aplicado aos chefes de departamento e coordenadores de curso. Os resultados preliminares demonstram que inúmeros problemas vêm sendo enfrentados na UFJF-GV desde o início de sua implantação. A deficiência na definição de fluxos de informações e na gestão do conhecimento estão entre os problemas identificados. Observa-se ainda que as dificuldades no fluxo de informações e na gestão do conhecimento, segundo os entrevistados, geram retrabalho e disseminação de informações contraditórias. Nos próximos passos da pesquisa pretende-se realizar novas entrevistas com o diretor atual e ex-diretores do campus, realizar uma análise da atual situação da gestão da informação e do conhecimento na unidade e propor um plano de ação para melhoria da gestão da informação e do conhecimento na UFJF-GV. Assim, espera-se contribuir para melhoria dos serviços prestados pela UFJF-GV e para a discussão sobre a gestão da informação e do conhecimento na administração pública brasileira.

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: UMA PROPOSTA DE REVISÃO DO MODELO

Anna Cecília Assis Mendonça (UFJF)

annam.mestrado@caed.ufjf.br

O presente trabalho analisa a distribuição orçamentária interna na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), dos recursos oriundos de descentralização do Ministério da Educação. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com características qualitativa e quantitativa. A metodologia de pesquisa utilizada para tanto foi a bibliográfica e a documental, desta maneira, foram utilizados dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA/UFJF) e do Portal da Transparência do Governo Federal (SERPRO). A UFJF ao longo dos últimos sete anos passou por uma transformação com a implementação do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI/MEC). Algumas das consequências deste programa são o crescimento do espaço físico dentro do Campus de Juiz de Fora da UFJF, aumento do número de alunos, professores e técnicos administrativos em educação, bem como a criação de alguns cursos. Desta forma, o objetivo da pesquisa é investigar a distribuição orçamentária interna na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ao longo dos últimos cinco anos e apresentar uma análise sobre a mesma, visto que a questão que impulsiona este trabalho é a de pensar como a universidade lidou com esta expansão sob o ponto de vista de distribuição orçamentária. De acordo com a análise será sugerido que seja feita alteração no atual modelo de distribuição orçamentária na UFJF, que é o mesmo utilizado há muitos anos, tendo este sofrido, apenas, correção inflacionária, sendo aplicado atualmente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

GRUPO TEMÁTICO 3

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES: UMA
ARTICULAÇÃO DAS METAS 16 E 17 DO PNE

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NO ESTADO DO AMAZONAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Silmar da Silva Ferreira (PPGP/CAEd/UFJF)

silmarferreira@seduc.net

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado apresenta como problema social o fato de que as políticas públicas educacionais são pensadas para a cidade e para os meios de produção urbana e, o que se recomenda ao campo é “adaptar” as propostas, a escola, os currículos, os calendários às situações que diferenciam as escolas do campo das demais escolas. Por isso a necessidade de discutir o atendimento das especificidades das escolas do campo no que tange à formação continuada dos professores/as que nelas atuam, por meio do Programa Escola da Terra, que consiste em uma política pública educacional permanente, que nasce sob o guardachuva do Pronacampo, para formação dos professores que atuam em classes multisseriadas de séries iniciais do ensino fundamental nas escolas localizadas na zona rural. Os objetivos definidos para este estudo foram descrever a forma como a política de formação docente proposta pelo Programa Escola da Terra foi desenvolvida no estado do Amazonas no ano de 2014; analisar teoricamente articulações entre a política de formação docente oferecida pelo programa associada ao seu comprometimento com a questão da sustentabilidade e com as concepções que historicamente foram construídas para a Educação do Campo em meio às lutas sociais pela garantia dos direitos dos povos do campo; e propor ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional – PAE. Para tanto, utilizaremos como metodologia a pesquisa de caráter qualitativo e como instrumentos a pesquisa bibliográfica, que contempla o levantamento do processo histórico na definição de marcos legais, além dos documentos pertinentes ao Programa Escola da Terra cedidos pela coordenação estadual e pela Universidade Federal do Amazonas.

INICIAÇÃO DE LICENCIADOS NAS ATIVIDADES DE GESTÃO, EXPERIÊNCIA E IMPACTOS DA META 16 DO PNE

Daniel Costa de Paiva (INFES/UFF)

profdanielpaiva@gmail.com

Vanessa Moreira Nunes de Paiva (UFJF)

vanmn18@gmail.com

Este trabalho relata a experiência de uma disciplina do curso de Licenciatura em Computação da Universidade Federal Fluminense, campus de Santo Antônio de Pádua, RJ, que busca favorecer a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação e atuar junto à formação de futuros professores da educação básica. A disciplina Gestão de Tecnologias na Educação teve sua ementa inspirada na meta 16 do Plano Nacional de Educação como incentivo de iniciação à formação de gestores, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino e da região. Busca-se atuar frente ao problema da falta de formação específica da área de gestão, e da diversidade de pontos de vista e de gerações no ambiente de trabalho. Os alunos são nativos digitais e portanto familiarizados com as tecnologias que podem facilitar o dia a dia dos gestores. Iniciá-los às atividades inerentes às funções de gestão visou fornecer o contato inicial com planejamento, organização, avaliação e promoção de soluções tecnológicas para processos de gestão escolar, não deixando de lado as burocracias, setores e a diversidade de funções exercidas. Durante o período letivo foram abordados conteúdos relativos a planejamento e problemas, conflitos e negociação, diferenças entre chefe e líder, tipos de gestão e mais especificamente relacionados com o ambiente educacional, gestão escolar e gestão de tecnologias na educação. Diversas foram as dinâmicas e atividades realizadas durante o curso, sendo quatro delas apontadas a seguir: (1) visita do diretor de uma escola estadual que oferece formação básica, o qual ficou disponível para sanar as dúvidas e indicar as principais dificuldades do dia a dia; (2) proposta de um organograma e tecnologias para todos os setores e pessoas envolvidas em uma escola, levando em consideração um cenário em que há recurso financeiro para a aquisição e, outro no qual não há disponibilidade de recursos e que a solução, portanto, é a utilização de tecnologias de custo zero; (3) montagem de quebra-cabeça, em uma aula para treinamento das habilidades administrativas, trabalho em grupo e habilidades sociais, delegação de funções, divisão de tarefas, solução de problemas, definição de estratégias, melhoria da comunicação e integração entre os alunos; (4) proposta de um curso de extensão supostamente ofertado na modalidade de ensino à distância, onde era preciso colocar em prática todos os conteúdos discutidos durante o período letivo, gerir recursos, indicando as fontes, elaborar planos, propor metodologias didáticas e formas de avaliação. Os resultados obtidos com o planejamento adotado e a metodologia aplicada se relacionam a melhorias de: apresentação de trabalho, domínio de público, estudo de opções levando em consideração limitações financeiras; trabalho em grupo; gestão de tempo, recursos e pessoas; competições e problemas do relacionamento diário de profissionais com formação em áreas distintas; escrita, discussão e proposta de solução, além do contato direto com um profissional experiente para perguntas, tira dúvidas e contato direto com o dia a dia da profissão.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR E PRÁTICAS DIDÁTICAS

Priscila Gonçalves Cruz (UFRJ)

priscilagcruz@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo discutir concepções e práticas de avaliação de professores de Didática do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro FE/UFRJ. Ao analisar como os estudantes, futuros professores, avaliam a avaliação a que são submetidos por seus professores formadores, especialmente aqueles que se dedicam ao ensino de Didática nos propomos a levantar as seguintes questões: Existe coerência entre o proposto e o realizado? Os estudantes conseguem perceber a concepção de avaliação que norteia a prática avaliativa de seus professores formadores? Para atender ao proposto nos remetemos ao conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores formadores que atuam na Faculdade de Educação da UFRJ cedidas pelo GEPED – Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Formação de Professores, assim como à aplicação de questionários aos estudantes. Os sujeitos participantes da pesquisa são, portanto, alunos do curso de Pedagogia da FE/UFRJ, que cursaram algumas ou todas as disciplinas de Didáticas e correlatas até o segundo semestre de 2012, quando foi realizada a coleta de dados, e professores que atuam na disciplina de Didática no período em que ocorreu a pesquisa de campo do GEPED (2010-2011), do qual participamos ativamente. Pretendemos contribuir para uma discussão sobre a relação entre a prática e os conceitos de Didática e de Avaliação que estão presentes nas disciplinas de Didática, uma vez que estas contemplam a formação de professores que são ensinados e avaliados por professores formadores. Palavras chave: Avaliação da aprendizagem, Didática, Formação de Professores.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR: O PARFOR COMO POLÍTICA EMERGENCIAL DE ACESSO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Silvana Sousa Andrade

syl_andradefonseca@hotmail.com

O presente trabalho é resultado de um estudo bibliográfico realizado a respeito das Políticas Públicas para o Ensino Superior, discutindo especificamente as políticas emergenciais de acesso ao nível superior, mais precisamente os programas de formação de professores. Os professores e pesquisadores Mororó e Silva (2012) destacam que muitos têm sido os avanços dessas políticas referindo-se às investidas para reduzir as discrepâncias que ainda hoje existem no espaço da formação de professores. Nesse sentido, o decreto 6755/2009 instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica - PARFOR, com intento à formação inicial dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica. Atualmente, a formação profissional dos professores tem sido uma questão bastante discutida em todos os âmbitos do sistema educacional brasileiro. E, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, p. 71) em seu art. 62, destaca que “a formação de docentes para atuar na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental básico, far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena”. Entretanto, ainda há muitos professores em exercício nas instituições escolares da Educação Básica sem a formação necessária exigida pela referida lei. Partindo dessa perspectiva surge à inquietação: há programas de políticas de educação acessíveis para o ensino superior? E quais são os desafios para que os sujeitos ingressem? Esse estudo tem por objetivo identificar a estrutura da política educacional emergencial de formação de professores em âmbito nacional apontando os principais fatores que facilitam ou dificultam seu desenvolvimento (tendo como ponto de referência o PARFOR). A partir da metodologia descritiva de caráter bibliográfico realizando assim uma análise a partir dos estudos publicados a partir de 2009 a fim de identificar a estrutura da política educacional de formação emergencial no Brasil tendo como objeto de estudo o PARFOR para o ensino superior. Nesse sentido, o Censo Escolar de 2012 aponta que cerca de 22% dos professores em exercício na Educação Básica não possuem formação superior e/ou adequada, isto é, não tiveram acesso às políticas emergenciais de formação e/ou ingresso no ensino superior. Do mesmo modo, os dados do Censo Escolar (2013), muito professores em exercício ainda não possuem a formação, isto é, um quarto dos professores da Educação Básica. Portanto, conclui-se que, a formação de professores constitui uma das condições efetivas para a evolução da qualidade do ensino, bem como, o PARFOR tem sido um fenômeno/fator que facilita o acesso ao ensino superior. Contudo, os resultados achados a partir das reflexões e percepções sobre a sua relevância e os desafios encontrados apontam elementos divergentes entre os documentos regulamentadores e as ações e/ou práticas do PARFOR em âmbito nacional. Assim, consideram-se de acordo com Gatti (2011) que as pesquisas têm demonstrado que a qualidade do ensino tem ligação intrínseca com o nível de formação dos professores – Ensino Superior.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DO PNAIC DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CATENDE - PE: DESAFIOS E APRENDIZAGENS

Edjane de Lima Brito Mélo (PPGP/CAEd/UFJF)

janellimma@hotmail.com

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), tendo como objetivo analisar a formação continuada oferecida aos professores alfabetizadores da rede municipal de ensino de Catende-PE, no âmbito do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, implantado no ano de 2013, considerando as possibilidades de mudanças ou não na prática pedagógica dos professores egressos da primeira edição do Programa. Proposto pelo Ministério da Educação brasileira, o PNAIC tem por objetivo alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, e, para atingir esta meta o programa traz como estratégia principal, a formação continuada docente. A relevância desse estudo consiste nas reflexões feitas sobre os impactos desse Programa na formação dos professores alfabetizadores e o reflexo desta nas salas de aula do terceiro ano das séries iniciais do ensino fundamental. A metodologia utilizada foi qualitativa e de estudo de caso, com coleta de dados através de entrevista com perguntas semiestruturadas, realizada com oito professores alfabetizadores das escolas urbanas, bem como questionário aplicado a todos os professores das escolas urbanas que atuam no PNAIC desde o ano de 2013. Ademais, para a realização dessa pesquisa, além do tratamento qualitativo, foram utilizados, também, os seguintes instrumentos: pesquisa bibliográfica e documental (de onde se obtiveram dados matemáticos, estatísticos, quantitativos e analíticos). O referencial teórico foi construído a partir dos documentos do programa (BRASIL, 2015), e da contribuição de autores como Soares (2015), Tardif (2006), Gatti (2008), Freitas (2002), entre outros). A partir da análise de dados, percebeu-se a necessidade de se intensificar os momentos de estudo e reflexão sobre a prática pedagógica do professor alfabetizador, bem como a necessidade de que o gestor escolar e equipe pedagógica acompanhem, auxiliem e monitorem o trabalho docente continuamente, visando, assim, a aplicabilidade das orientações teórico-metodológicas do PNAIC em sala de aula, e consequentemente, o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, ao final foi elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE).

O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA (AM)

Jorge Barbosa de Oliveira (SEDUC/AM)

jorgebarbosatbt@hotmail.com

Helena Rivelli de Oliveira (CAEd/UFJF)

helena.oliveira@caed.ufjf.br

Vítor Fonseca Figueiredo (CAEd/UFJF)

vfigueiredo@caed.ufjf.br

O presente artigo é um recorte da dissertação intitulada “O curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) no município de São Paulo de Olivença (AM)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, e tem como objetivo avaliar as principais dificuldades apresentadas na implementação e operacionalização do curso de Pedagogia, no período de 2010 a 2015, oferecido pelo Parfor no município amazonense. Espera-se que tal diagnóstico possa contribuir com melhorias para o Plano nesse contexto e em demais localidades do Amazonas e, até mesmo, do Brasil. O Parfor, na modalidade presencial, é um programa emergencial que visa induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Segundo dados do Inep, no ano de 2012, apenas 29,6% dos professores que atuavam na Rede Municipal de Ensino de São Paulo de Olivença possuíam formação superior. A pesquisa empreendida pautou-se em dados quantitativos e qualitativos, mas optou-se por uma interpretação prioritariamente qualitativa. Foram utilizados dados referentes ao Parfor divulgados pela Plataforma Freire, além de entrevistas realizadas com a Coordenadora Geral do Parfor (Universidade Estadual do Amazonas), com a Coordenadora do curso de Pedagogia, com o Secretário Municipal de Educação de São Paulo de Olivença e com a Presidente do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, bem como a aplicação de questionários aos Professores Formadores e Professores Alunos do curso. A realização deste trabalho teve como referencial teórico as reflexões de autores como Saviani (2009), auxiliando na discussão sobre os aspectos históricos da formação dos professores no Brasil; Scheibe (2010), contribuindo com análises sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere à valorização e formação dos professores para a educação básica; Scaff (2011), auxiliando na compreensão dos avanços e desafios das políticas recentes relacionadas à formação de professores da educação básica e Menezes e Rizo (2013). Os resultados da pesquisa apontaram para quatro problemáticas principais: i) ausência de cursos de capacitação aos Professores Formadores; ii) ineficácia de meios de comunicação para divulgação do Programa aos professores do Município ainda sem formação superior; iii) inexistência de política de valorização da formação docente com garantia de acesso e permanência dos professores nos cursos; iv) atraso permanente na entrega do material de apoio pedagógico aos professores cursistas. A partir dessas constatações acredita-se que ações, de diversos graus de complexidade, podem ser adotadas para as melhorias necessárias ao funcionamento pleno do Parfor na região, como por exemplo, a realização de Curso de Capacitação aos Professores Formadores e a impressão do material de apoio pedagógico no próprio município de São Paulo de Olivença.

INCIATIVA EDUCADORES DO BRASIL EM MINAS GERAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paulo Henrique Rodrigues (SEE/MG)

paulo.rodrigues@educacao.mg.gov.br

Ana Lúcia da Silva (SEE/MG)

ana.lucia@educacao.mg.gov.br

O presente trabalho aborda a implementação da Iniciativa Educadores do Brasil no estado de Minas Gerais, no ano de 2015. A Iniciativa Educadores do Brasil, cujo objetivo declarado é a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica e disseminação de boas práticas em gestão escolar repensando o papel do diretor de escola pública. Tal objetivo está em consonância com a meta 17 do Plano Nacional de Educação, a qual preconiza a valorização dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino. A Iniciativa foi implementada no Estado de Minas Gerais, a partir da proposição do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Sob a coordenação da Secretaria Estadual de Educação, envolveu outros sujeitos no Estado e contou com a participação efetiva de educadores e gestores educacionais em todas as regiões de Minas Gerais. O presente trabalho objetiva relatar a implementação da Iniciativa, analisar sua efetivação e levantar os dados referentes às ações desenvolvidas e aos sujeitos envolvidos. A justificativa para a definição da Iniciativa Educadores do Brasil como tema está na relevância da valorização dos docentes e gestores da educação pública, levando em consideração as metas formuladas no Plano Nacional de Educação (PNE). O trabalho, como relato de experiência, traz os dados quantitativos e qualitativos sobre a implementação da Iniciativa e do encerramento da Etapa Estadual por meio do Seminário Estadual de Intercâmbio de Experiências. Analisaremos os relatórios produzidos, os documentos que normatizaram a implementação, os relatos de gestores e educadores envolvidos, além dos dados quantitativos sobre o envolvimento dos educadores e gestores. O relato aponta a necessidade de valorização permanente das boas práticas pedagógicas e de gestão, sua valorização e disseminação, a importância do envolvimento de múltiplos atores na implementação das políticas públicas e a necessidade do trabalho integrado para o êxito das iniciativas no campo da educação pública.

GRUPO TEMÁTICO 4

POLÍTICAS PARA GESTÃO ESCOLAR

A IMPLANTAÇÃO DO DIÁRIO DIGITAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MANAUS (AM)

Alcinete Santos Castro (PPGP/CAEd/UFJF)

netyamazonas@gmail.com

O Diário Digital é uma ferramenta do Sistema de Gestão Educacional do Amazonas (Sigeam), da Secretaria de Educação e qualidade do Estado do Amazonas (Seduc/AM). Foi criado para os professores armazenarem eletronicamente dados como: frequência diária, notas parciais por disciplina e conteúdo ministrado, substituindo dessa forma o antigo diário de papel utilizado pelas escolas da rede estadual de Manaus. O processo de implantação foi construído através de um projeto piloto que, posteriormente, a Seduc/AM ampliou para mais 225 escolas. Em contrapartida, vários problemas apareceram ao longo da sua implantação e continuam ocorrendo, desde quando iniciou a sua utilização pelos docentes nas escolas. Entre os principais elementos críticos citados pelos docentes, estão: internet lenta e muitas vezes sem sinal, falta de infraestrutura nas escolas, servidor sobrecarregado, somente o gestor da escola pode autorizar o lançamento de registros que não foram feitos no prazo estabelecido pelo calendário da Seduc/AM, não há uma regulamentação específica para o diário digital, lançamento de presença quando o professor se ausenta por motivo de saúde ou outro motivo, falta de diálogo com os docentes para compreender as suas principais dificuldades quanto ao manuseio da ferramenta, fragilidade do sistema, habilidade e/ou resistência para lidar com informática e seus aparatos, treinamento específico para operar o diário digital. Logo, a justificativa para a pesquisa é saber por que o Diário Digital não está cumprindo com o propósito para qual foi criado, quais são as inconsistências que ocorrem e que influenciam os docentes ao ponto de alguns o rejeitarem. Portanto, o problema desta pesquisa é: que fatores impactam na predisposição dos docentes para utilizar o Diário Digital? Neste sentido, o estudo terá como objetivo geral identificar os fatores que impactam na predisposição dos docentes para utilizar o Diário Digital. Para isso, serão empregados os seguintes objetivos específicos: descrever o perfil dos professores pesquisados; verificar a atitude dos professores em relação ao Diário Digital, identificando o grau de predisposição destes à sua utilização; coletar junto aos professores suas opiniões, experiências e comportamentos de uso do diário eletrônico; relacionar o grau de predisposição dos professores com as suas opiniões, experiências e comportamentos de uso do diário digital identificando, assim, os fatores que mais impactam a atitude dos usuários frente a essa ferramenta. A pesquisa que será realizada integrará as abordagens qualitativa e quantitativa. Quanto ao caráter qualitativo serão aplicados dois grupos focais em escolas com infraestrutura e localização diferentes. O segundo procedimento será uma abordagem quantitativa, em que pretende-se realizar um survey com os docentes que utilizam o Diário Digital. O objetivo da pesquisa é conhecer o perfil dos envolvidos, medir o grau de satisfação e relacioná-lo com principais problemas do Diário Digital nas escolas. Ao término e análise dos dados da pesquisa, será apresentado a Seduc/AM, um Plano de Ação Educacional (PAE), baseado no modelo 5w2h, em que serão sugeridas propostas de melhorias para o uso do Diário Digital.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA

Luciney Miranda da Silva Santos

lu.neymiranda@hotmail.com

Silvana Sousa Andrade

syl31andradefonseca@gmail.com

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico- PPP seja um instrumento de importância para a construção de uma educação mais organizada, atrelada ao perfil social de sua população para a construção de uma escola que seja democrática e libertadora. Nesse contexto, este trabalho consiste em um recorte de um estudo monográfico que tem por objetivo identificar a concepção a respeito do PPP pelos professores de uma determinada escola, bem como as respectivas contribuições efetivas apontadas pelos docentes a partir do PPP para as práticas pedagógicas no cotidiano. Nesse sentido, indagamos em que medida os professores e a comunidade escolar têm dado atenção ao projeto político pedagógico enquanto instrumento norteador dos processos educativos e das práticas docentes das escolas? Pois, entendemos o PPP sendo um instrumento legal, cuja elaboração é prevista nas bases legais das leis, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 pelo Art 12. Nesse sentido, parte do pressuposto de que o PPP é uma importante ferramenta de gestão escolar capaz de colaborar com as finalidades educativas via mobilização coletiva, pois “é eixo ordenador e integrador entre o ato do pensar e do fazer do trabalho educativo.” (SILVA, 2003, p. 298). O referencial teórico foi baseado nas leituras bibliográficas com ênfase em PPP, através de estudiosos como Veiga (2009), Gadotti (1994), Saviani (2007; 2011), Vasconcellos (2009), entre outros. A metodologia é qualitativa descritiva conforme Lakatos e Marconi (1994), através da interpretação dos referenciais bibliográficos e análise do texto oficial do Projeto Político da escola em análise buscando responder as questões elencadas através da problemática de pesquisa, bem como dos objetivos estipulados. Dentre os vários tipos de abordagens qualitativas, optamos por estudo de caso, usando o documento em questão – PPP da escola e a entrevista semiestruturada (LUDKE E ANDRÉ 1986) com questões abertas aos professores acerca do PPP, direcionadas a atender os objetivos do estudo. Quanto à identificação da concepção a respeito do PPP pelos sujeitos da pesquisa e as contribuições efetivas do PPP nas práticas pedagógicas, constatamos que, os educadores entendem a concepção desse instrumento pedagógico – PPP, além de identifica-lo como recurso que permite a unidade/comunidade escolar definir quais metas/ações pedagógicas de caráter educativo podem e devem ser desenvolvidas para atender a demanda escolar na sua totalidade. Entretanto, ainda não há na escola a devida importância dada ao PPP, tal qual ele merece, ele tem sido mais um documento legal do trabalho pedagógico da unidade escolar. Também ao analisarmos o documento da escola estudada não encontramos referências concisas quantos aos processos/mecanismos usados para aferir os resultados das ações. Bem como, desencontro de informações e PPP incompleto, com três anos de elaborado sem nenhuma revisão das metas e ações. Portanto, consideramos por fim, que todas as inspirações desejadas pela escola devem ser inseridas no PPP, cada grupo precisa estabelecer suas aspirações para que a unidade escolar possa se tornar um lugar de ensino e aprendizagem, uma unidade formadora de sujeitos participativos e cidadãos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUNS RESULTADOS DE PESQUISA

Rayssa Lopes Bastos (UCP)

rayssavoltas@yahoo.com.br

O artigo analisa dados obtidos de uma pesquisa através de um levantamento empírico realizado com 26 professoras e gestoras de Educação Infantil de uma escola de Minas Gerais, localizada na cidade de Juiz de Fora. Procuramos compreender como as professoras e diretoras desta escola, percebem e implementam a gestão democrática aliada aos instrumentos de gestão participativa, aqui restritos aos conselhos de classe, colegiados, reuniões pedagógicas e reunião de pais. A mesma teve enfoque metodológico baseado na pesquisa qualitativa. Os instrumentos foram: Entrevista semi-estruturada, questionários, observação às reuniões pedagógicas e análise de documentos (Projeto Político Pedagógico, atas de conselho de classe e atas dos colegiados). O embasamento teórico foi buscado em Paro, Libâneo, entre outros. A Constituição Federal/88 e a LDBEN9394/96 complementaram a base teórica. Constatou-se no decorrer da pesquisa que entre as professoras existem dois pensamentos distintos sobre a gestão democrática. Um vinculado a gestão democrática enquanto participação de todos os atores e outra vinculada a necessidade de autoritarismo para que a gestão democrática não se configure como “bagunça”. A análise dos dados nos permitiu conhecer alguns aspectos da realidade escolar no que diz respeito a sua concepção de gestão democrática. No entanto temos consciência que muitas questões ficaram em aberto e poderão ser discutidas em pesquisas futuras.

POLÍTICA DE SELEÇÃO DOS DIRIGENTES ESCOLARES DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DAS ESCOLAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO METROPOLITANA C E A META 19 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2014-2024

Daniela Magalhães Pereira (SEE/MG)

dmagalhaes@caed.ufjf.br

A proposta da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) sobre o estabelecido como Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, que prevê que o governo deve assegurar no prazo de 2 anos condições para a efetivação da gestão democrática da educação e que o processo de seleção de gestores escolares deve estar associado a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar é foco deste artigo fruto do estudo de caso que pretendeu relatar a política de seleção dos dirigentes escolares das escolas públicas estaduais de Minas Gerais na percepção dos gestores das escolas da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C (SREC). Os objetivos definidos para este estudo foram a descrição do processo atual de seleção dos gestores, a identificação do que os atuais gestores pensam do processo, a verificação do cumprimento e da conformidade desse em relação à legislação brasileira, e a promoção de discussões sobre possíveis melhorias na seleção, seguidas de proposições de mudanças que atendam aos candidatos a gestores escolares e à comunidade escolar. Para tanto, utilizamos como metodologia o estudo de caso e as técnicas foram pesquisa bibliográfica e documental; além disso, o instrumento utilizado foi a aplicação de questionário aos diretores das escolas estaduais da SREC. Segundo os gestores pesquisados em abril de 2015 a política de seleção dos dirigentes escolares vem atendendo aos princípios democráticos estabelecidos no PNE. Porém há de se ressaltar que dependendo de como a política é encaminhada o nome dos gestores indicados pela comunidade pode não ser aprovado pelo Governador, comprometendo a questão dos princípios democráticos no processo. As estratégias 19.1 e 19.8 do PNE priorizam o desenvolvimento de programas de formação de gestores escolares e a aplicação de prova nacional específica, com a finalidade de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão pelos sistemas de educação dos entes da federação. Na SEE/MG já existe como critério de seleção dos diretores escolares a aprovação na Certificação Ocupacional. A prova de Certificação Ocupacional afere conhecimentos, habilidades e competências de seus candidatos a gestores, o que em muito poderá facilitar o cumprimento do PNE da referida estratégica. Porém, como pode ser visto esta política ainda é de governo e não de estado, pois a cada edição novas regras são criadas para a aprovação. Na pesquisa também foi possível identificar que a capacitação a distância dos candidatos a gestores antes da aplicação da prova é uma iniciativa válida e poderá proporcionar uma melhor preparação dos candidatos ao cargo de diretor, uma vez que possibilita aos interessados se instruírem antes do processo seletivo.

PROGRAMA ESCOLA INTEGRAL EM MANAUS: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Ivania Miranda Rodrigues Cardoso (PPGP/CAEd/UFJF)

ivaniacard@hotmail.com

A ampliação do tempo escolar por meio da implantação de propostas de escola integral tem sido crescente nas redes públicas de ensino no Brasil. Com a ampliação do tempo na escola pública cresceu a preocupação pela organização desse tempo. Portanto, o presente caso de gestão tem como objetivo investigar a organização do tempo escolar em uma escola de tempo integral do município de Manaus focalizando os tempos escolares. Neste item, pretende destacar as possibilidades e alternativas temporais que emergem e podem emergir no cotidiano das práticas educativas docentes e como a gestão escolar, em suas múltiplas dimensões, pode contribuir para a apropriação qualitativa do tempo educativo. A relevância social dessa investigação reside na possibilidade de uma contribuição para possíveis avaliações, encaminhamentos ou mesmo para redirecionamentos da política educacional de ampliação de jornada no município. Reforçando a pertinência do presente estudo, sublinho que a existência de poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema, no município de Manaus, fortaleceu minhas razões para investir nessa empreitada, além de minha convicção da necessidade de um estudo específico sobre as políticas governamentais que visam ao aumento do tempo diário de escola para as classes populares. A metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo envolverá uma abordagem qualitativa, com a adoção do estudo de caso. Serão utilizadas para a coleta de dados, entrevista semiestruturada com o gestor e coordenadores pedagógicos; além da aplicação de questionários com professores e alunos a análise documental, a observação e a revisão bibliográfica. No Capítulo I efetuamos uma descrição do Programa Escola Integral no município de Manaus. Apresentamos a sustentação legal que garante a ampliação da jornada escolar nas escolas públicas brasileiras, bem como uma análise de resultados das Escolas de Tempo Integral no Estado do Amazonas e como estão organizadas essas escolas de acordo com a Proposta Pedagógica do Estado. Por fim, apresentamos os dados parciais da realidade estudada. O capítulo II (em construção) se organiza da seguinte maneira: Apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa; considerações sobre Educação Integral e Escola de Tempo Integral, buscando a compreensão sobre o seu surgimento, os conceitos que lhe foram atribuídos e os argumentos dos defensores e críticos desse projeto. O enfoque principal se dará em relação à ampliação do tempo do aluno na escola e sobre a organização desse tempo nos espaços escolares. Propomos uma reflexão sobre a importância que o gestor escolar assume enquanto agente que poderá contribuir para a apropriação qualitativa do tempo educativo na escola de tempo integral. O terceiro e último capítulo apresentará uma proposta de intervenção na realidade estudada. As ações propostas no PAE devem contribuir de forma efetiva para organizar o tempo e os espaços da escola, de forma a alcançar uma educação de qualidade para todos os alunos. Nosso intuito será propor atividades que contribuam para o enriquecimento da rotina diária da instituição e para a formação de gestores e professores que atuam na escola de tempo integral.

EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Janaina Moreira de Oliveira Goulart (PPGP/CAEd/UFJF)

janaigtmetro5@gmail.com

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), teve como foco de estudo o empreendedorismo na gestão escolar, tendo como recorte de pesquisa as práticas gestoras de duas escolas pertencentes à rede estadual de ensino no município de Duque de Caxias/RJ. A partir disso, foi delimitada a seguinte questão de pesquisa: as práticas inovadoras desenvolvidas por estas duas gestões, mesmo diante de um contexto de adversidades, seguido dos avanços de seus resultados, podem ser consideradas como um empreendedorismo aplicado à gestão escolar? Para responder a questão, fez-se necessário retratar o contexto e a estrutura da SEEDUC/RJ, bem como apresentar as Unidades Escolares, descrevendo-as nas suas particularidades, apontando os seus resultados ao longo do triênio 2011-2013. A pesquisa se constituiu em um estudo de caso de base qualitativa, tendo como instrumento para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada e a observação. Também foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Os dados da pesquisa de campo foram analisados a partir de conceitos e discussões trazidos por Fillion (1999a, 1999b e 2000), Lück (2000, 2010 e 2013), McClelland (1961), Mintzberg (2010), Oliveira (2011) e Souza Neto (2008). As análises dos dados permitiram perceber características empreendedoras presentes nas práticas e na atuação de ambas as gestoras. Com isso, foi feita a proposição para um Plano de Ação Educacional, voltado para a composição de um Fórum Permanente Gestores, tendo como mediadores os gestores com perfis similares aos dos sujeitos de pesquisa, a fim de que as práticas inovadoras no âmbito da gestão escolar sejam disseminadas, bem como o empreendedorismo seja fomentado entre os gestores, estabelecendo assim uma aprendizagem contínua, um aperfeiçoamento das gestões, estabelecendo com isso uma aprendizagem em rede.

Carla da Conceição de Lima (PUC/Rio)

carlacdl@ig.com.br

Adriana da Silva Lisboa Tomaz (PUC/Rio)

tomaz.adriana@ig.com.br

Após a década de 1980, o Estado, buscando a modernização da administração pública e das práticas tradicionais de controle burocrático, instituiu medidas políticas e administrativas que alteraram os meios de regulação dos poderes públicos. Dessa forma, foram instituídas medidas práticas, amparadas por instrumentos legais, que afetaram a administração pública em âmbito federal, estadual e municipal. O governo de Minas Gerais, então, tem buscado propostas normativas em consonância com as do Governo Federal, bem como adotando casos particulares, como o Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), para a gestão das escolas. O SIMADE é utilizado como um mecanismo de regulamentação que padroniza os procedimentos pedagógicos e administrativos de todas as escolas do estado. Porém, ainda há certo grau de disjunção entre o que é previsto para o SIMADE – um modelo burocrático – e o que acontece na prática de cada unidade de ensino. Essa dicotomia também está presente na implementação de alguns dispositivos legais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído por meio da Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Ele apresenta um discurso, por um lado, burocrático, ao estipular metas, prazos, índices etc. e, por outro, democratizante, com a participação dos atores educacionais na execução dos objetivos, como os presentes nas metas sete e dezenove que, respectivamente, estabelecem estratégias como a informatização integral da Gestão das escolas públicas e secretarias de educação; e o favorecimento dos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimento de ensino. Dessa forma, o PNE controla, ao instituir sistemas de controle administrativo e pedagógico para as unidades de ensino, e aumenta o compromisso dos atores, responsabilizados pela eficiência e eficácia escolar. Diante desse panorama, que é o que justifica esta pesquisa, o objetivo é investigar se os gestores das escolas estaduais de anos iniciais de Juiz de Fora – MG percebem o SIMADE como instrumento de gestão escolar. Para tal, foram utilizadas duas estratégias metodológicas: (i) análise dos dados do questionário da Prova Brasil 2013 para a composição de um perfil dos gestores de escolas de anos iniciais de Minas Gerais; e (ii) análise de um questionário aplicado a quatro diretores e nove secretários. Os resultados apontaram que: os gestores, em sua maioria, são mulheres, têm mais de 40 anos, experiência em docência e ensino superior completo; o SIMADE é um instrumento de gestão que apoia administrativamente a escola. Conclui-se que existe uma dicotomia entre o que a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) objetiva ao instituir o SIMADE como instrumento de regulamentação dos procedimentos administrativos e pedagógicos para o sistema de ensino e aquilo que a escola compreende como instrumento de gestão. Portanto, por mais que os mecanismos de regulação e regulamentação padronizem metas e objetivos para os sistemas de ensino, no cotidiano dos atores escolares, essas ferramentas de controle assumem novos contornos.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Lucelia Cristina Brant Mariz Sá

luceliabrant@bol.com.br

Antônio Eldi de Sá Júnior

juniormv.geo@bol.com.br

A pesquisa apresenta uma análise do processo de implementação de uma política voltada para a melhoria da atuação dos gestores escolares da rede estadual de ensino de Minas Gerais. É uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho documental, que teve como principal objetivo identificar e discutir ações do Governo de Minas Gerais acerca do cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que prevê a gestão democrática na educação. O tema se torna relevante porque a rotina escolar exige que a gestão seja cada vez mais democrática, participativa e dialógica. A complexidade da organização do cotidiano da escola faz com que seja fundamental a implantação de políticas públicas voltadas para a preparação e incentivo dos gestores. Quando se fala em gestão escolar é preciso pensar na profissionalização dos gestores e, para que isso aconteça, espera-se o comprometimento do Estado de Minas Gerais em garantir a formação que atenda a um perfil compatível com as demandas escolares. A falta de preparação acadêmica e de desenvolvimento de habilidades e competências para gerenciar pessoas acarreta sérios problemas nas escolas e pode interferir negativamente na aprendizagem dos alunos. A metodologia utilizada constitui em uma abordagem qualitativa para obtenção de dados, recorrendo, sobretudo, à pesquisa documental para aquisição de dados oficiais. O período da pesquisa documental se concentrou entre os anos de 2011 a 2015, fase em que vigorou o último mandato dos gestores das escolas estaduais de Minas Gerais. A pesquisa demonstra que políticas públicas foram feitas ao longo dos anos e que algumas estratégias previstas na meta 19 do PNE 2014-2024 já foram atendidas, entretanto os gestores das escolas estaduais de Minas Gerais ainda carecem de políticas que os preparem efetivamente para o cargo que exercem. A colaboração do Sistema Estadual de Ensino na profissionalização dos gestores é inevitável, pois se trata da entidade mantenedora de todas as escolas estaduais do Estado de Minas Gerais. Através dos estudos elaborados espera-se colaborar para a melhoria da educação pública mineira, oferecendo reflexões coerentes acerca da preparação dos profissionais.

POSSIBILIDADES DE USO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EDUCACIONAL DO AMAZONAS NA GESTÃO DAS ESCOLAS

Tiago Lima e Silva (SEDUC/AM)

tlima@caed.ufjf.br

Gilmar Jose dos Santos (UFJF)

gilmar.santos@ufjf.edu.br

Priscila Campos Cunha (CAEd/UFJF)

priscila.cunha@caed.ufjf.br

A Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC/AM) iniciou, em 2005, o desenvolvimento e implantação do seu Sistema de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM). Trata-se de um recurso que disponibiliza, via internet, informações e ferramentas de controle que agilizam, dão mais segurança e conferem mais precisão à administração de escolas e todo o sistema público de ensino do estado. A implantação em todas as escolas estaduais foi concluída em 2010. Contudo, percebe-se que os gestores escolares ainda não estão utilizando o sistema em todo o seu potencial. Diante desse problema, este trabalho teve por objetivo pesquisar os fatores que limitam a utilização do SIGEAM pelos gestores escolares, para promover intervenções pedagógicas e administrativas. A partir de diálogos com a equipe gestora do SIGEAM foram elencados como principais elementos críticos à plena utilização do sistema: a falta de habilidade computacional dos gestores, a resistência à implantação, a baixa frequência no seu uso, a insuficiência de relatórios gerenciais, a falta de regulamentação, a pouca capacitação e o pouco suporte aos usuários, a baixa qualidade da Internet, a pouca usabilidade da atual plataforma tecnológica, a falta de atualização dos dados, o insuficiente suporte técnico para manutenção dos equipamentos, a inexistência de processos de auditoria e o seu pouco uso pelas demais esferas de gestão da SEDUC/AM. Em seguida, dialogou-se com a teoria buscando-se contribuições para a solução deste caso de gestão. Oliveira (2013) e Paes de Paula (2005) alicerçaram os conceitos de governança e accountability. Vieira, Almeida e Alonso (2007), Oliveira (2009) e Balbe (2010) contribuíram para ampliar a visão sobre as possibilidades e os desafios da tecnologia na gestão pública. Kenski (2012), Almeida e Rubim (2004) e Porto (2006) fundamentaram as proposições sobre as possibilidades e os desafios na incorporação das TICs na gestão escolar. Em seguida foi feito um estudo empírico, em que foram feitas entrevistas com roteiros semiestruturados com três gestores escolares e foram aplicados questionários estruturados a 540 gestores escolares. A análise dos dados indicou a necessidade de correções e melhorias, principalmente na Internet, na capacitação dos usuários, no suporte técnico aos usuários, no suporte técnico para os equipamentos, no perfil de acesso ao sistema, no quadro de pessoal, além de revelar um grande anseio dos gestores pela implementação de novas funcionalidades. Finalizou-se com a proposição de um Plano de Ação Educacional (PAE), centrado nos pontos críticos, sugerindo a implementação de medidas corretivas e/ou saneadoras, buscando auxiliar a SEDUC/AM a potencializar a utilização do SIGEAM como um sistema eficaz de apoio às tomadas de decisão dos gestores escolares.

Adriana da Silva Lisboa Tomaz (PUC/Rio)

tomaz.adriana@ig.com.br

Carla da Conceição de Lima (PUC/Rio)

carlacdl@ig.com.br

A temática concernente à participação da comunidade na gestão da escola pública adquiriu relevância com a Constituição Federal de 1988, que instituiu o princípio da gestão democrática. A participação é compreendida como um elemento necessário ao desenvolvimento dos processos políticos na gestão da escola, de modo a levar o cidadão para o âmbito da administração pública. Há, então, uma desconcentração do poder da gestão, paralela à maior transparência nas decisões e à intensificação das ações na busca pela qualidade educacional. Dessa forma, este artigo tem por objetivo discutir como as manifestações recebidas pela ouvidoria da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, acerca de suas instituições, podem contribuir para uma melhor gestão da escola pública. No Plano Nacional de Educação (PNE), instituído por meio da Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, essa perspectiva está presente na meta sete, que visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Assim, é possível atingir as médias estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). As estratégias 7.18, que visa garantir a infraestrutura básica para todas as escolas, e 7.7, avaliação da qualidade da educação básica, estão relacionadas à garantia de condições mínimas para um ensino de qualidade. Nesse sentido, a importância das manifestações recebidas pela ouvidoria se justifica por ser essa a voz da comunidade escolar em relação à qualidade do serviço prestado pela Secretaria Estadual de Educação. Metodologicamente, a presente pesquisa tem abordagem quantitativa e qualitativa, que utiliza as informações do banco de dados das manifestações cadastradas na ouvidoria da SEEDUCRJ no ano de 2014. Os procedimentos de investigação foram: (i) análise documental; e (ii) análise dos dados que aparecem na plataforma de ouvidoria da SEEDUCRJ, aliada a entrevistas com professores, diretor e equipe pedagógica de uma escola. Os resultados, aferidos por meio do software SPSS, versão 20, apontam que as principais manifestações referentes ao ano de 2014 podem ser classificadas como conflitos escolares, questões pedagógicas e problemas de infraestrutura. Foi constatado, em uma escola, que o gestor é responsável por resolver as manifestações do tipo conflito e infraestrutura e aos professores é delegada as questões pedagógicas. Na prática, portanto, as decisões não são tomadas no âmbito coletivo, mas definidas de modo dicotômico, sendo atribuída a resolução dos problemas a atores específicos.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO GESTOR INTERVENTOR DE UMEI EM BELO HORIZONTE

Hélia de Miranda Glória

heliafaria@terra.com.br

O tema da pesquisa está centrado em caso de intervenção na gestão pedagógica de uma Unidade Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte (UMEI). O modelo de gestão nas UMEIs de Belo Horizonte tem como objetivo prestar um atendimento de qualidade à população de acordo com a legislação vigente no município. A pesquisa se justificou pelo fato do processo de intervenção ser vivenciado por algumas UMEIs cuja gestão enfrentou problemas de ordem administrativa e/ou financeira em que o gestor responsável não conseguiu cumprir com as atribuições do seu cargo e foi exonerado sendo indicado para ocupar o seu lugar um profissional com perfil adequado para solucionar os problemas: o interventor. O problema da pesquisa buscou explicação para uma situação educacional específica que diz respeito à gestão e se pautou na investigação dos fatores que a Secretaria Municipal de Educação (SMED) apresentou como responsáveis pela necessidade de uma intervenção na gestão administrativa e pedagógica de uma UMEI. O objetivo principal desta pesquisa está focado no levantamento das ações responsáveis pelo processo de intervenção. O caminho metodológico escolhido foi o da pesquisa de campo que permitiu ouvir os envolvidos nesse processo e colher as informações necessárias para se fazer uma análise das experiências exitosas que resultaram no processo democrático para escolha do novo gestor na UMEI analisada. Concluiu-se que as decisões tomadas pelas instâncias que participaram do processo tiveram como objetivo, além de solucionar os problemas, garantir um atendimento de qualidade para as crianças e para as famílias e atender a base política do município que é a gestão democrática e participativa. A partir das experiências, comprovadamente exitosas do gestor interventor foi elaborado um Plano de Ação (PAE) capaz de auxiliar futuros gestores que porventura assumirem esse papel e para buscar sistematizar estratégias que pudessem facilitar o processo de intervenção, desde a sua instauração até a eleição direta para vice-diretor.

UTILIZAÇÃO DO MÉTODO ANALYTIC HIERARCHY PROCESS (AHP) PARA TOMADA DE DECISÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Leonardo Parma de Lima (UCAM)

lparmadelima@gmail.com

Eduardo de Sá Fortes Leitão (UFRRJ)

edsafortes@gmail.com

O processo decisório em ambiente de gestão escolar é dado como complexo, pois, devem ser considerados critérios subjetivos e objetivos, diretrizes e legislações específicas. Neste contexto, a tomada de decisão em ambientes educacionais defronta-se com necessidades de vários interessados e com a figura do decisor (diretor), criando incertezas a respeito de decisões a serem tomadas. De forma geral, as instituições de ensino buscam algumas informações para a escolha da implementação de novos projetos, mas não de forma sistemática e metódica, surgindo, assim, a necessidade de se buscar um modelo que possa auxiliar nesta tomada de decisão. Nesse sentido, este trabalho se propôs a construir um modelo pelo método Analytic Hierarchy Process (AHP) de decisão multicritério que possa auxiliar a tomada de decisão, método que respeita critérios objetivos e subjetivos dos decisores. Também, este trabalho busca analisar a aplicabilidade do AHP nos ambientes escolares como ferramenta de auxílio à tomada de decisão, que espreite as especificidades de cada comunidade escolar, suas metas e objetivos. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura nos contextos de gestão escolar e métodos multicritério de auxílio à tomada de decisão, além de uma pesquisa com gestores escolares a fim de avaliar a aplicabilidade do modelo proposto. Conclui-se que o método AHP pode ser utilizado como ferramenta de auxílio à decisão, sem substituir a experiência do decisor e a participação da comunidade escolar nas decisões.

FATORES QUE DIFICULTAM A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR (SIMADE)

Camila Faria Balduti (PPGP/CAEd/UFJF)

camilab.mestrado@caed.ufjf.br

Este trabalho que está sendo desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) tem como objetivo geral da pesquisa, a descrição e análise dos fatores que dificultam a utilização do Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) em sua integridade pelos seus usuários nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. Os objetivos específicos da pesquisa serão: descrever o caso do Simade, com foco nos elementos críticos para a plena utilização dos seus recursos pelos usuários das escolas; descrever o perfil dos usuários do Simade nas escolas; levantar as condições do uso do Simade nas escolas; identificar as principais dificuldades dos usuários em relação ao uso do Simade; analisar os fatores críticos que dificultam a utilização do Simade, por meio da relação entre o perfil dos usuários, as condições de uso e as principais dificuldades dos usuários. A versão para internet do Simade começou a ser disponibilizada para as escolas a partir de 2008 e a Resolução SEEMG nº 1180 de 28 de agosto de 2008 tornou obrigatória a utilização do sistema em todas as escolas da rede estadual de Minas Gerais e divulgou as diretrizes e orientações para implantação, manutenção e atualização de dados no Simade. Apesar do sistema ser utilizado desde então, os usuários ainda apresentam muitas dúvidas sobre ações que são executadas todos os anos no sistema, bem como registram reclamações. No ano de 2014 o Suporte Técnico do CAEd registrou, por meio do Customer Relationship Management ou Gestão do Relacionamento (CRM), um total de 288.019 atendimentos, sendo 54.557 deles referentes ao Simade, que representa 19% dos projetos atendidos pelo CAEd. O Suporte Técnico do CAEd recebe atualmente as demandas das 3.669 escolas estaduais de Minas Gerais, sendo 334 da zona rural e 3.335 da urbana. A opção por trabalhar com o Simade se deu pelo fato de Minas Gerais ser o primeiro estado a implementar esse tipo de sistema em suas escolas e pela percepção de que ele pode contribuir com o trabalho de gestão. Porém, para que se possa utilizar o sistema de maneira plena é preciso conhecer suas funcionalidades e saber manuseá-lo. O Simade possibilita às Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) acompanharem as escolas, em tempo real, a partir dos dados que elas inserem no sistema e, além disso, por meio desses dados, é possível emitir diversos relatórios que podem auxiliar na gestão administrativa e pedagógica das escolas. Assim, identificou-se o seguinte problema de pesquisa para o desenvolvimento desta dissertação: “Quais os fatores que dificultam a utilização do Simade por parte dos responsáveis pela operação do sistema nas escolas?”. Para identificar os fatores que podem dificultar a utilização do Simade pelos usuários das escolas da rede estadual de Minas Gerais, pretende-se utilizar a abordagem quantitativa para o desenvolvimento desta pesquisa. Para isso, serão enviados dois modelos de questionários ao email institucional das 3.669 escolas da rede estadual de Minas Gerais, um para o diretor da escola e outro para o secretário escolar responsável pelo manuseio do Simade.

AMPLIANDO AS POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS EFICIÊNCIAS

Luciana Santos Horta (PJF)

lucshorta@hotmail.com

Aline Rinco Dutra Salgado (PJF)

alinerinco2@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é enfatizar a proposta de atuação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), Unidade Centro, da rede pública municipal de Juiz de Fora, especialmente desenvolvida junto aos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação, em parceria com as creches e escolas municipais do sistema regular de ensino, buscando compreender os conhecimentos já consolidados por essas crianças e os obstáculos para a construção de outros conhecimentos de modo a eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Nesse sentido, através do apoio de uma equipe multidisciplinar formada por professores, fonoaudiólogo e assistente social, as ações desenvolvidas pelo CAEE vêm trazendo mudanças paradigmáticas enfrentadas pela educação e possibilitando maior autonomia e inclusão social. Tais ações contribuem nas orientações e formações oferecidas aos profissionais das creches e escolas municipais no sentido de contribuir para que o educador amplie sua formação para atender os educandos em sua diversidade. Também contribui para que se tenha, efetivamente, nos diferentes espaços, uma prática educativa coerente com as possibilidades de aprendizagem. Para retratarmos o trabalho, utilizaremos como metodologia o estudo de caso, pois o mesmo se apresenta como uma importante ferramenta para o objetivo a que nos propomos. Não nos cabe esgotar nem apresentar estratégias metodológicas únicas. Apenas o avanço e possibilidades de ampliação das competências destes educandos, pelo olhar de gestora do CAEE. Um olhar que se faz, e necessita fazer, presente! Buscamos também o olhar de quem faz. De quem está cotidianamente presente nestas ações na busca de equalizar a aprendizagem e fortalecer o conhecimento. Dessa forma, gestor e professor devem ter o olhar voltado para a mesma direção na busca de alcançar tais objetivos.

GRUPO TEMÁTICO 5

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Vagno dos Santos Ramos (PPGP/CAEd/UFJF)

vagnor.mestrado@caed.ufjf.br

A presente dissertação está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discute a Implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar- Projeto Avançar em uma escola da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas localizada no município de Manaus, vinculada à Secretaria Estadual de Educação e acompanhada pela Coordenadoria Distrital 02. A referida escola desenvolve o Projeto Avançar desde 2011, no entanto estudos preliminares mostram uma escola com alto índice de distorção idade/ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental ainda. As ações desenvolvidas pela equipe gestora pouco condizente com as diretrizes do Projeto. Os objetivos definidos para este estudo buscam verificar se a implementação do projeto Avançar, em execução na escola Alfa, está sendo operacionalizado de acordo com os princípios estruturais do Programa de Correção de Fluxo Escolar. Para tal, é feita uma contextualização do Programa no Brasil, em seguida como ele foi implementado no Estado do Amazonas até chegar à escola Alfa. Também é apresentada a estrutura e organização da escola Alfa e como o Projeto Avançar está sendo desenvolvido na escola, foco de nossa pesquisa. No referencial teórico a abordagem está direcionada para a importância do monitoramento das políticas educacionais, o gestor e os desafios no cotidiano escolar, a equidade e educabilidade no contexto escolar. Utilizaremos como abordagem a pesquisa qualitativa e tendo como método de investigação o estudo de caso, no qual serão usados instrumentos de coleta como: a análise documental, a aplicação de questionários aos alunos do projeto, entrevista com a gestora, com a pedagoga, com coordenadora do distrito que acompanha o projeto, com alguns professores do projeto. Diante dessa análise pretende-se elaborar um PAE com propostas que ajudarão a equipe gestora a desenvolver as ações do Projeto Avançar de forma adequada na escola a fim de que os objetivos sejam alcançados.

COMITÊS TERRITORIAIS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: REDES SOLIDÁRIAS E INTERSETORIAIS DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL?

Carlos Antonio Diniz Junior (UNIRIO)

junior.diniz.jd@gmail.com

O Programa Mais Educação (PME), elaborado pelo governo federal, como estratégia indutora de políticas de educação integral em tempo integral foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 e regulamento pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Por ser uma estratégia que congrega vários atores, sejam eles de diversos setores das políticas públicas e da sociedade civil, a gestão do PME também exige uma organização mais horizontalizada, em uma dinâmica marcada pela intersectorialidade. Nesse sentido, os materiais de apoio elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), voltados para a implementação do PME no País (BRASIL, 2008, 2009, 2010a, 2011, 2012, 2013a, 2014), apontam para a necessidade da constituição de espaços de gestão, denominados Comitês, os quais, de acordo com sua dimensão geográfica, se organizam em: Comitês Locais, Comitês Metropolitanos e, por fim, em Comitês Territoriais de Educação Integral. Estes últimos constituem-se foco de uma pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Unirio, a qual tem por objetivo geral: analisar a organização dos Comitês Territoriais de Educação Integral constituídos no Brasil, a partir da implementação do Programa Mais Educação. Para tal, constituem-se objetivos específicos da pesquisa: (1) Refletir sobre Conselhos, Fóruns e Comitês, no contexto das políticas públicas; (2) Analisar os comitês a partir da compreensão, sob uma perspectiva conceitual, de Democracia, Representação, Participação e Intersetorialidade; (3) Apresentar algumas influências das ideias acerca da Educação (em Tempo) Integral para a concepção do PME, bem como sua organização, suas ações e gestão; (4) Mapear os Comitês Territoriais existentes no Brasil, analisando referenciais que regulamentam seu funcionamento. Considerando os objetivos propostos neste projeto de pesquisa, e por se tratar de uma temática que, por natureza, é interdisciplinar, aponta-se como suporte teórico estudos dos campos da Educação, da Sociologia e da Ciência Política. Levando em conta a natureza da questão a ser investigada, propõe-se como suporte metodológico a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa parte do "(...) pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado, o que justifica o seu caráter interpretativo" (PATON, 1986 apud ALVEZ-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 133). Como instrumentos de coleta de dados, em princípio será feito uma análise dos documentos oficiais do MEC que tratam da constituição desses comitês. Serão realizadas também entrevistas semiestruturadas, com a equipe que esteve à frente da elaboração do PME, no MEC, e também com a equipe atual, cuja análise dos resultados tomará por base a estratégia de Análise de Conteúdo, desenvolvida por Bardin (1977). Alguns resultados esperados: Espera-se nessa pesquisa, contribuir com apontamentos que tratem das potencialidades e fragilidades para a constituição dos Comitês Territoriais de Educação Integral, bem como contribuir com reflexões para essa estratégia de gestão da política pública educacional.

Elizabeth Oliveira de Medeiros (Prefeitura do Recife)

elizabethm.mestrado@caed.ufjf.br

A Lei Federal Nº13. 005 de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, através da meta 6 determina que até 2014 50% das escolas públicas devem estar funcionando em tempo integral e 25% dos estudantes da educação básica, da rede pública devem ter jornada de pelo menos 7 horas diárias. Segundo dados do Observatório PNE, em 2014, 42% das escolas estão organizadas com ampliação do tempo e 15,7% dos estudantes estão inseridos, em escolas de tempo integral. De acordo, com os dados do Censo Escolar de 2013, o crescimento das matrículas da educação em tempo integral tem sido exponencial em todo Brasil, chegando a um crescimento de mais 100% nas matrículas em turmas de educação integral, na educação básica. Neste contexto, o Governo Federal tem como política indutora o Programa Mais Educação, o que tem inspirado outros tantos programas estaduais e municipais com foco na Educação Integral. O presente trabalho tem como objetivos apresentar o Programa Municipal de Educação Integral (PMEI) da Prefeitura do Recife, bem como analisar o seu processo de implementação a luz do Ciclo de Políticas - abordagem que permite uma análise crítica e contextualizada do programa, enquanto política pública para o ensino fundamental anos finais e a sua efetivação nas Escolas Municipais em Tempo Integral do Recife – EMTI. Destacando a concepção de educação integral vem se desenvolvendo nas escolas municipais, quais os entraves foram encontrados no caminho da efetivação? Que desenhos assumiram? Que pressupostos, concepções e práticas foram privilegiadas no sentido de caracterizá-la? Considerando que ainda é uma pesquisa em desenvolvimento, no trabalho de campo utilizar-se-ão os fundamentos da pesquisa qualitativa, com suporte da concepção etnográfica, uma vez o que se busca é captar o entendimento dos diversos atores que atuam no cotidiano das EMTIs. Utilizando-se da pesquisa documental, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas serão realizadas com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: cinco diretores ou vice-diretores, cinco coordenadores pedagógicos, cinco professores, cinco apoios de pátio, cinco estudantes e cinco responsáveis, bem como com elementos da Secretaria de Educação, que dialogam diretamente com a demanda, referente aos processos de estruturação, implementação, monitoramento pedagógico, acompanhamento de rede e expansão. A perspectiva em torno destes instrumentos é realizar uma pesquisa qualitativa com o propósito de verificar como a teoria acontece na prática, através da materialização da concepção de educação integral, seus princípios norteadores e a organização das escolas, bem como propor um Plano de ação Educacional, considerando os eixos de análise o que os teóricos GADOTTI (2013) e PEGORER (2014) chamam de tripé fundante de qualquer programa de implantação da educação integral: a gestão, a organização pedagógica e a estrutura física.

ENEM: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA DOS RISCOS EM SER MAIS QUE UMA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Denio Menezes da Silva (PPGP/CAEd/UFJF)

denio.silva@uol.com.br

O presente trabalho é desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional PPGP/CAEd/UFJF. O caso de gestão discute a realização do ENEM que hoje, no Brasil, é considerado o exame em grande escala e, certamente, o maior sistema logístico de aplicação de teste padronizado em termos de cobertura nacional. Verifica-se que o crescimento da sua escala de aplicação se deu pós 2010, quando passou a ser utilizado como um importante instrumento de operacionalização de um conjunto de políticas do MEC, substituindo os tradicionais vestibulares das instituições públicas e privadas de educação superior. O objetivo geral da pesquisa é analisar a fase de aplicação das provas do exame, para entender como se dá a relação entre o prescrito no plano “centralizado” de gestão e o realizado no plano “descentralizado” na atuação das equipes locais de aplicação das provas do ENEM. Assumimos como hipótese que as novas finalidades agregadas ao exame fizeram com que os desafios da sua operacionalização passassem a ser qualitativamente diferentes daqueles enfrentados nos seus primeiros anos de realização, anterior a 2010, sobretudo em relação aos riscos e vulnerabilidades, ou a possibilidade do vazamento prematuro do conteúdo da prova. Pesquisa classificada como exploratória e descritiva, abordagens de cunhos qualitativo e quantitativo, com procedimento metodológico de levantamento de dados. Na primeira parte do levantamento utilizou a técnica de entrevista com grupos focais com um roteiro semiestruturado de questões. Na segunda parte ou etapa, utilizará uma segunda técnica, fazendo pesquisa amostral com a aplicação de um questionário fechado. Com o presente trabalho será possível apresentar a descrição do caso de gestão, as mudanças e transformações ocorridas em sua operação logística ao longo dos últimos anos, apresentação do seu sistema de monitoramento de processo e gestão de riscos, bem como, os resultados dos primeiros achados, já com a realização dos grupos focais.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DE EGRESSOS PARA INVESTIGAÇÃO E MELHORIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO IFCE CAMPUS CAUCAIA

Márcia Rejane Damasceno Dias (PPGP/CAEd/UFJF)

marcia_rdd@hotmail.com

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (UFJF)

paulo.barone@caed.ufjf.br

Priscila Fernandes Sant'anna (CAEd/UFJF)

priscila.santanna@caed.ufjf.br

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O trabalho propõe como objetivo geral identificar as dificuldades encontradas pelo IFCE Campus Caucaia para efetivar uma política de acompanhamento de egresso. O interesse em estudar o tema foi provocado pelo questionamento pessoal e profissional, por atuar como técnica-administrativa em educação na Instituição citada, de verificar se os crescentes investimentos públicos direcionados a rede federal de educação profissional, com a expansão dos Institutos Federais, tem efetivamente cumprido com sua proposta de ofertar uma educação de melhor qualidade e inserir jovens e trabalhadores no mercado de trabalho. Um dos mecanismos de avaliar uma Instituição de Ensino é instituir uma política de acompanhamento de egresso, pois o ex-aluno é a pessoa mais qualificada para avaliar a qualidade de ensino da instituição. Porém, observa-se nos Institutos Federais uma falta desse acompanhamento – constatado em relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União (2012) – e uma carência de estudos acerca do tema egressos no Brasil. Tal fato demonstra a fragilidade das Instituições de Ensino ao não gerenciar e adequar seu planejamento institucional. Identificado esse problema, o estudo também objetiva analisar a responsabilidade dos atores envolvidos – com o diretor geral como gestor protagonista e os demais atores (professores, técnico-administrativos, alunos e ex-alunos) – a não aplicação dessa política e suas implicações. Para tanto, utilizaremos como metodologia a pesquisa aplicada, exploratória, com abordagem qualitativa, representada por um estudo de caso. A pesquisa terá base bibliográfica e documental, e serão utilizados como instrumentos questionários, entrevistas e observações de campo. A partir dessas considerações será traçado um Plano de Acompanhamento de Egresso (PAE) que permita uma análise quantitativa e qualitativa de forma a contribuir com um contínuo planejamento do processo de ensino-aprendizagem.

PROJOVEM URBANO DE JUIZ DE FORA: IMPLEMENTAÇÃO E PERCEPÇÕES DOS ATORES SOBRE O PROGRAMA

Márcia Aparecida Batista Ferreira (PJF)

marcia2012bf@gmail.com

Esta pesquisa teve o propósito de analisar a implementação do Programa Projovem Urbano em Juiz de Fora e conhecer quem é o jovem que o conclui, quais são as suas percepções e dos demais atores sobre o mesmo. Pretendeu-se também verificar se o Programa contribui, segundo os próprios jovens, para alterar sua vida laboral e acadêmica. Adotamos a concepção de juventude compreendida pelos autores Pais, Abramo, Dayrell e Novaes de que não existe uma única forma de ser jovem, abarcando, também, as diferenças de sexo, raça, lugar/endereço, classe social, que nos fazem perceber as diferentes juventudes. Nesse sentido, o termo aparece no plural para ressaltar a diversidade de maneiras de ser jovem. Utilizamos, ainda, trabalhos do autor brasileiro Martins e dos franceses Castells, Castel, Dubet. A opção teórico/metodológica adotada nesta pesquisa norteou-se nos pressupostos da Investigação Quantitativa e Qualitativa. A etapa inicial dessa pesquisa constituiu-se de uma análise documental sobre os documentos oficiais do Projovem Urbano. Em um segundo momento, utilizamos um questionário com questões fechadas, aplicado aos jovens que ingressaram no ano de 2012 e o concluíram em 2013. A partir dele, selecionamos sete sujeitos para a entrevista semiestruturada. Entrevistamos, também, o corpo executivo e educadores do Projovem Urbano de Juiz de Fora com o propósito de responder à questão central desse trabalho. A análise do questionário e das entrevistas mostrou que o programa permitiu aos jovens retomar a sua escolaridade e completar o ensino fundamental. Possibilita que o jovem possa pensar seus projetos de futuro, estimulando-o a prosseguir no ensino médio. A pesquisa mostrou que a organização do programa integrando as disciplinas e estruturando-se em torno de eixos assim como a atuação dos professores foram um diferencial importante apontado pelos egressos e educadores. No entanto, um pequeno grupo consegue concluir, tendo em vista a evasão. As condições oferecidas pelo Programa não são suficientes para possibilitar a um maior número de jovens superar as limitações sociais e econômicas do contexto em que vivem. O estudo mostrou, também, que a concretização de uma política proposta pelo governo Federal para ser executada pelos municípios apresenta dificuldades no âmbito administrativo e reflete as consequências das mudanças governamentais. A expectativa é que esse trabalho possa contribuir com os estudos sobre juventude e políticas públicas na área.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E PROJETO CRIANDO OPORTUNIDADE: ESTUDO DE CASO SOBRE A EFETIVIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM SUAS ESCOLAS PÚBLICAS EM MANAUS

Lindalva Marta Menezes Rodrigues (SEDUC/AM)

lmenezes@caed.ufjf.br

A implementação de políticas públicas educacionais nas escolas de educação básica tem se caracterizado como um desafio para os atores que atuam direta ou indiretamente nos programas educacionais que concretizam tais políticas no chão da escola. Assim, esta pesquisa objetivou investigar a efetividade da implementação do Programa Mais Educação (PME) e Projeto Criando Oportunidade – Reforço Escolar (PCO) em duas escolas públicas estaduais do ensino fundamental anos iniciais de Manaus, analisando os resultados das avaliações internas e médias de proficiência obtidas nas avaliações em larga escala – Prova Brasil e Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Estado do Amazonas (SADEAM). Uma vez que tanto o PME quanto o PCO visam melhorar a aprendizagem dos estudantes, através de atividades dos diversos macrocampos como xadrez, produção de texto, acompanhamento pedagógico em Letramento e Matemática, a metodologia empregada na pesquisa constituiu-se de um estudo de caso, e para a coleta de dados utilizou-se questionários com os professores e entrevistas com as gestoras e monitores dos referidos programas. O referencial teórico embasou-se nos autores Bonamino (1999, 2000, 2014), Mainardes (2006) e Condé (2012). Os resultados da pesquisa apontaram divergências entre os textos norteadores do PME e do PCO, bem como fragilidades no planejamento das atividades dos programas e ausência de avaliação sistemática dos resultados pelos atores que atuam diretamente nos programas. Com o intuito de contribuir para a efetividade da implementação dos programas pesquisados propôs-se três PAE que abordam três frentes das fragilidades e divergência específicas identificadas: um para a Escola A; um para a Escola B e um para a SEDUC-AM. Os planos apresentados visam à superação das fragilidades e divergências identificadas na pesquisa, desta forma, compreende-se que as escolas têm programas que podem contribuir consistentemente para aprendizagem dos estudantes a partir de melhor planejamento, monitoramento e avaliação sistemática dos programas.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Paulo Aparecido Tomaz (IFMG)

paulo.tomaz@ifmg.edu.br

Maria das Graças de Oliveira (IFMG)

graca.oliveira@ifmg.edu.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do processo de construção, monitoramento e avaliação do Plano Municipal Decenal de Educação (PMDE) na Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves. Faz parte de uma reflexão sobre as constantes mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da gestão pública no que diz respeito à ampliação da participação da sociedade no processo de construção das políticas para atendimento às demandas da população. Assim, nos últimos anos tem-se evidenciado a necessidade de ampliação da participação da sociedade civil nas tomadas de decisão e, ao mesmo tempo, criado mecanismos para ampliar as políticas de responsabilização, especialmente quando se trata de assuntos ligados diretamente à gestão de organizações educacionais. Dessa forma, destaca-se a importância de uma análise da efetiva participação social nos municípios. Neste contexto, a lei nº 13005 de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) determinou que os estados, Distrito Federal e municípios elaborassem seus respectivos Planos Decenais de Educação, com ampla participação da sociedade civil no prazo de um ano contado a partir da publicação da citada lei. Assim, tornou-se necessário, em cada município, promover uma mobilização social com vista à construção de um plano condizente com as respectivas possibilidades e que, ao mesmo tempo, atendesse às características de cada região. A ampliação e obrigatoriedade desse trabalho conjunto tende a ampliar a possibilidade de sucesso no alcance das metas, uma vez que os entes federativos, em todos os níveis, mais especificamente os municípios, percebem suas responsabilidades pelas ações relativas às estratégias para alcançar os objetivos e metas previamente definidos. Este trabalho está pautado em uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, e como instrumento de pesquisa, utilizou-se da coleta de dados feita por meio de observações e entrevistas, bem como da consulta a documentos. Com este estudo não se tem a pretensão de esgotar o assunto, mas poderá servir de subsídio para a elaboração de outras pesquisas relacionadas ao tema e até mesmo como referência para outros municípios que ainda não começaram o processo de monitoramento e avaliação do respectivo PMDE.

A INTERATIVIDADE NO PROGRAMA ENSINO MÉDIO PRESENCIAL COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

Joel Rodrigues Arcanjo (SEDUC/AM)

joelrarcanjo@gmail.com

A presente dissertação, desenvolvida no Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, aborda o caso de gestão referente à prática da Interatividade Bidirecional no Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica, no município de Tonantins – AM. A pesquisa traz a seguinte questão norteadora: Por que a interatividade entre o Professor Ministrante e os alunos, no momento em que as aulas são transmitidas, não acontece como prevê a Proposta Pedagógica do PEMPMT, ou seja, de modo dialógico em que se atendam às demandas de cada estudante? Com a finalidade de analisar esta questão, a pesquisa empreendida pautou-se em uma metodologia de base qualitativa, com a utilização da análise documental e questionários como instrumentos de construção de dados. A análise documental procedeu-se nas Orientações didáticas e nas Cartelas das Aulas. Já o questionário foi proposto aos alunos de duas turmas de 3ª série do Ensino Médio do PEMPMT, na Escola Estadual São Francisco; a dois professores presenciais e a vinte e quatro professores ministrantes, das já referidas turmas. A realização desta pesquisa teve como referencial teórico as reflexões de autores como Arantes (2010), Belloni (2012), Costa (2015), Dias (2010), Freire (1987), Lévy (2001), Malhotra (2012), Moore (2013), Moran (2007), Peña (2012), Peters (2001), Primo (2011), Valente (2003), Vigotsky (1991) e Zuin (2010). Os resultados apontaram para duas problemáticas principais: I) a necessidade de melhorar o uso das ferramentas de interatividade para que assim, haja uma interação eficaz entre os partícipes do processo educativo; III) a necessidade de formação específica para atuar como professor dessa modalidade de ensino. A partir dessas constatações, como proposição que podem empoderar os atores educativos do PEMPMT para que se tenha um diálogo efetivo, buscando desenvolver as ações de construção do conhecimento, mediado pelas TIC e uma educação com qualidade são expostas a seguir: I) Reformulação da Proposta Pedagógica do PEMPMT, para que se possa utilizar as ferramentas de interatividade bidirecional como o fórum e a wiki, utilizando os 20% das aulas assíncronas do curso; II) Realização de um Curso de Formação Específica acerca das técnicas e dos procedimentos que facilitem a mediação pedagógica do conhecimento para os professores presenciais de Tonantins – AM. Dessa forma, tanto a reorganização da estrutura do curso quanto ao uso qualitativo das ferramentas de interatividade e a formação específica para atuar nesse modelo educativo, são fundamentais para uma melhoria da interatividade bidirecional do Projeto Ensino Mediado por Tecnologia em Tonantins e, por conseguinte, no Amazonas.

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ROBERTO DOS SANTOS VIEIRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO PEDAGÓGICA

Aneloria Costa Gadlha (PPGP/CAEd/UFJF)

aneloriag.mestrado@caed.ufjf.br

O presente trabalho é desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir a gestão escolar em sua dimensão pedagógica no desenvolvimento do Programa Mais Educação na Escola Estadual Professor Roberto dos Santos Vieira, em Manaus-AM. O objetivo geral definido para este estudo foi investigar como se estabelece a gestão pedagógica no desenvolvimento do Programa Mais Educação na escola em estudo e apresenta como objetivos específicos i) descrever o funcionamento do Programa Mais Educação na escola Estadual Professor Roberto Santos Vieira com ênfase na gestão pedagógica; ii) analisar de que forma a gestão escolar organiza, acompanha e avalia o desenvolvimento do Programa Mais Educação na escola; iii) propor ações que possam contribuir no contexto de desenvolvimento do Programa na escola. Assumimos como hipótese que a gestão pedagógica constitui uma das variáveis de influência para o alcance das metas e objetivos do Programa Mais Educação na escola em estudo, na perspectiva de educação integral. Para tanto, utilizaremos, como metodologia a pesquisa de abordagem qualitativa e como instrumentos para coletas de dados o questionário aplicado aos segmentos que se encontram vinculados ao desenvolvimento do Programa.

PROJETO DA FEIRA DE CONHECIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

Ivanildo Luis Barbosa de Sousa

ivanildoluis.luis@gmail.com

Este trabalho traz anotações sobre a Feira de Conhecimento da Rede Municipal de Ensino do Recife – RMER, que representa uma oportunidade para os estudantes e professores socializarem os saberes desenvolvidos na escola, através do uso do método científico, contribuindo para o fomento à pesquisa e ao trabalho em equipe. Com o objetivo de investigar a construção da Feira de Conhecimento realizada na rede municipal de Recife, PE, que tem como base o desenvolvimento da pesquisa e o ensino por projetos, a partir de uma parceria da Divisão de Anos Finais, Equipe de Monitoramento, Equipe de Formação e Escolas da RMER, desenvolvemos este estudo com o objetivo de analisar a construção coletiva de uma proposta diferenciada de Feira de Conhecimento, sua respectiva implicação na formação de professores, na gestão escolar e na RMER. O projeto teve a participação das escolas de anos finais do Ensino Fundamental, desde a fase escolar até a fase municipal, e não explorou um tema integrador definido, deixando a cargo de cada escola definir os temas dos seus projetos. O projeto e o regulamento da Feira foram desenvolvidos pela chefia e técnicos da DAF, sendo amplamente divulgados. A metodologia desenvolvida se baseou na análise dos relatórios da DAF, visitação nas feiras realizadas nas escolas, pesquisa com os professores participantes e a análise dos resumos e pôsteres dos projetos dos estudantes. De forma geral, no primeiro momento, o projeto foi recebido com resistência por parte dos professores e da equipe de formação, pelo fato do trabalho com pesquisa, baseado no método científico, ser pouco realizado na RMER. Dessa forma, o desempenho da DAF junto às outras equipes ajudou no convencimento, na divulgação e na formação de professores e das equipes gestoras. A partir de então, os atores envolvidos passaram a perceber, com maior ênfase a importância do ensino por projetos, do método científico e da Feira de Conhecimentos, o que determinou o envolvimento dos mesmos na elaboração e no sucesso do evento. O projeto da Feira de Conhecimentos mobilizou 25 escolas, com mais de 300 projetos utilizando o método científico, dos quais 49 foram selecionados a participar da Feira Municipal que aconteceu no dia 18/12/15, classificando 3 projetos para a 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e 1 para Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – FEBRACE.

GRUPO TEMÁTICO 6

**PERSPECTIVAS CURRICULARES PARA A CORREÇÃO
DE FLUXO E INCLUSÃO**

A MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE GOIÁS E OS DESAFIOS DA META 7 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Tatiane Gonçalves Moraes (Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF)

tatanemoraes@hotmail.com

Rosângela Veiga Júlio Ferreira (PPGP/CAEd/UFJF)

rosangelaveiga.ferreira@ufjf.edu.br

Luís Antônio Fajardo Pontes (PPGP/CAEd/UFJF)

luis@caed.ufjf.br

O objetivo deste texto é discutir a matemática no Ensino Médio no estado de Goiás a partir de desafios colocados em torno da busca pela qualidade em educação expressa em metas do Plano Nacional de Educação (PNE), em especial aquela que se articula em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Como fruto de um Mestrado em andamento, o presente texto sustenta-se em aspectos legais e históricos que delineiam o atual PNE, considerando as estratégias da meta 7 que colocam, entre outros aspectos, a pactuação interfederativa em torno de diretrizes pedagógicas, direitos e objetivos de aprendizagem. Apresentamos resultados parciais amparados em análise estatística dos percentuais de acerto dos itens de Matemática da avaliação estadual de Goiás (SAEGO) de 2014. E, com base nessa análise, identificam-se variáveis que auxiliam no processo de problematização de como se poderia promover mudança em padrões de desempenho de Matemática no Ensino Médio. Concluímos, em linhas gerais, que é necessário que membros da Secretaria Estadual de Educação do estado de Goiás e professores de Matemática dessa rede se articulem, com o auxílio de políticas públicas, em torno de propostas pedagógicas nas quais os estudantes possam se deslocar a padrões de desempenho subsequentes e, para tanto, o comportamento dos itens traz informações a serem consideradas em relação ao processo de desenvolvimento cognitivo.

DIAGNÓSTICO DA EJA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DO CUMPRIMENTO DA META 09 ESTABELECIDADA NO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- PNE (2014-2024)

Andressa Luiza de Souza Mafra (GEPAL/UNICAMP)

andressaluiza.sz@gmail.com

Por muito tempo, a Modalidade Educação de Jovens e Adultos tinha como finalidade de “repor o tempo perdido”, visava, exclusivamente, à superação do analfabetismo por meio da escolarização dos analfabetos e daqueles que, por algum motivo, tinham deixado os bancos escolares. A EJA era vista e, ainda é, em alguns contextos, como o principal meio para corrigir a defasagem idade-série, ou seja, regularizar o fluxo da escolaridade regular. O objetivo desta pesquisa é construir um diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Município de Campinas-SP, a partir do monitoramento dos indicadores da meta 09, que trata, especificadamente, do combate ao analfabetismo, das políticas públicas para a alfabetização de jovens e adultos, das práticas educativas que veem o aprender a ler e a escrever como o primeiro passo para a superação das desigualdades sociais que os sujeitos da EJA vivem todos os dias e, principalmente, das políticas públicas para a continuidade dos estudos, visando, assim, a regularização do fluxo pelos alunos da Modalidade, estabelecida no Novo Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) e apresentados no site Observatório do PNE. O documento traz, em cada meta, estratégias e ações a serem desenvolvidas pelos poderes públicos e estabelecimentos de ensino, com o objetivo do cumprimento de cada meta estabelecida no PNE. Foi realizada uma análise documental, de cunho qualitativo, utilizando como fontes de pesquisa os documentos nacionais e municipais, principalmente, o Plano Nacional de Educação vigente e os dados publicados no site Observatório do PNE. Os resultados da pesquisa apontaram que o site não é atualizado com frequência, embora os dados de Campinas-SP mostram que o Município, vem, aos poucos, construindo a efetivação do Plano Nacional de Educação, sobretudo, para a EJA.

O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS AOS JOVENS COM TRANSTORNOS MENTAIS: HISTÓRICO DO SUJEITO, CONCEITOS E PLANO NACIONAL VIGENTE

André Luis Dolencsko (UNICAMP)

andre.educ@gmail.com

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver uma análise das políticas de inclusão vigentes no Brasil com vistas a identificar as garantias de acesso à educação básica regular aos jovens que tenham o diagnóstico de transtornos mentais, identificados por médicos psiquiatras. A legislação brasileira vigente, que trata sobre as políticas de educação especial e os programas de inclusão não destacam as diferenças sobre os conceitos de deficiência e transtorno mental, bem como quem são os atendidos. Esta lacuna reforça uma dívida histórica da sociedade aos sujeitos com transtornos mentais, em especial aos jovens, foco da presente pesquisa, prolongando os processos de exclusão identificados no Plano Nacional da Educação aprovado pela Lei 13.005/2014. A metodologia historiográfica respaldou a pesquisa e a partir dos principais estudos realizados por Foucault (1996; 2001; 2007) e Pessotti (1994); Mateus (2013); Goulart (2007) foi possível realizar uma contextualização sobre a posição do sujeito com transtorno mental nos diferentes momentos da história. Desde os conceitos iniciais relacionados à desrazão na Grécia Antiga, os primeiros processos de segregação em hospitais com tratamentos desumanos na Idade Média, o cerne dos estudos psicanalíticos, psiquiátricos e farmacológicos na Idade Moderna até os Programas de Luta Antimanicomial brasileiras, com raízes italianas na Idade Contemporânea. A metodologia também contribuiu para conhecer historicamente a evolução dos estudos relacionados a educação especial, bem como a educação inclusiva, que tiveram maior destaque a partir da década de 1980, mas ainda com divisão discursos ora voltados aos aspectos clínicos, ora voltados apenas voltados aos aspectos interacionistas. Desta divisão de conceitos e pesquisas ficaram desatendidos os sujeitos com transtornos mentais. Esta análise contribuirá para refletir na sociedade brasileira que a educação, enquanto ciência, é capaz de promover ferramentas necessárias para a construção de sujeitos protagonistas de sua autonomia e sua história. Jovens que apenas poderão atuar de maneira crítica quando estiverem suas garantias de acesso à educação respaldadas pelas políticas, planos e programas nacionais.

INCLUSÃO ESCOLAR: A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Rogério Augusto dos Santos (SME Esmeraldas)

rogerioaugustosantos@yahoo.com.br

A dissertação intitulada “Inclusão Escolar: A implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública” desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora teve como objetivo à partir da análise das políticas públicas de educação implementadas no Estado de Minas Gerais identificar as práticas pedagógicas de inclusão escolar desenvolvidas pelas professoras dos anos iniciais em uma escola pública regular considerada referência em inclusão e quais as contribuições da gestão escolar que subsidiam as ações dessas professoras a fim de garantir o direito à aprendizagem e à continuidade do percurso escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. A metodologia constituiu-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso com base em pesquisa documental aos instrumentos normativos da escola e dispositivos legais que regulamentam a matéria, entrevistas com a equipe gestora compreendida no referido estudo pela diretora, vice-diretora, supervisores pedagógicos e professoras responsáveis pela Sala de Recursos Multifuncionais. A pesquisa contou ainda com a aplicação de dois questionários aos docentes, sendo o primeiro destinado aos regentes de turma e o segundo aos professores de apoio à inclusão. Os resultados obtidos na pesquisa apontaram que a implementação de políticas públicas no contexto de uma escola não é uma tarefa fácil, requer persistência e força de vontade de todos os atores envolvidos no processo. As ações relacionadas a articulação pedagógica, a reformulação do fazer pedagógico, a participação do gestor na tomada de decisões e a realização de parcerias em prol de uma educação inclusiva são pilares para a garantia do direito à aprendizagem e a continuidade do percurso escolar de todos os alunos. Nesta perspectiva, elas contribuíram para ampliar as discussões acerca da meta 4 do Plano Nacional de Educação, uma vez que as escolas devem adequar seus Projetos Políticos Pedagógicos aos Planos Municipais e Estaduais conforme (Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015). É preciso ressaltar que a transformação do fazer pedagógico é condição sine qua non para proporcionar a todos os alunos, sem exceção, condições mais dignas para acesso, participação e permanência com aprendizagem na escola. A conclusão da pesquisa concretiza um desejo de contribuir para a construção de caminhos mais nobres para a educação brasileira, o que certamente, passa pela compreensão e problematização dos conceitos de diferença, desigualdade e diversidade. Dessa forma, as políticas públicas direcionadas à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais não podem se valer apenas da permanência física destes, junto aos demais. É preciso implementar nas escolas o princípio democrático da educação para todos, o que implica possibilitar o desenvolvimento desses alunos, o respeito às suas diferenças e necessidades, pois, só assim, o professor terá condições de rever suas concepções, paradigmas e contribuir para a disseminação de uma educação na perspectiva inclusiva e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

OS PARÂMETROS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Marina Furtado Terra (CAEd/UFJF)

mterra@caed.ufjf.br

Ligia Gomes do Valle Luna (CAEd/UFJF)

lvalle@caed.ufjf.br

O objetivo dessa comunicação é apresentar os “Parâmetros para a Educação Básica do estado de Pernambuco”, subdividido em diversos volumes. Os cadernos selecionados foram: os Parâmetros Curriculares (2012), os Parâmetros na sala de aula (2013), os Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil em Língua Portuguesa (2014). Buscamos, ainda, discutir a construção da proposta curricular das unidades escolares do estado de Pernambuco, levando em consideração a legislação curricular vigente. Além dos Parâmetros para a Educação Básica do estado de Pernambuco, utilizamos como referências para essa apresentação, os documentos oficiais educacionais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (BRASIL, 2010) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). A metodologia de pesquisa utilizada foi à pesquisa bibliográfica, utilizando as legislações curriculares nacional e estadual. O debate sobre qualidade e equidade tem se expandido no contexto educacional. É sabido que o acesso está quase universalizado e que o maior desafio da educação escolar pública atualmente envolve a garantia da qualidade e da equidade. Nessa esteira, o debate sobre o currículo escolar e avaliação em larga escala também estão em foco. Muitas escolas, diante da autonomia para a construção da proposta curricular e da amplitude que as orientações dos documentos oficiais propõem, encontram desafios muito comuns. Com a expansão e consolidação da avaliação em larga escala, redes e escolas têm adotado a matriz de referência destas avaliações como um documento que orienta e define o currículo escolar e a prática de simulados. Nossa intenção, nesta comunicação, é debater os limites desse tipo de compreensão para o currículo escolar, pautado nos elementos das orientações curriculares nacionais e do estado de Pernambuco. Tomando como referência os Parâmetros para a Educação Básica do estado de Pernambuco para a construção da proposta curricular das escolas estaduais e municipais, discutiremos como a legislação vigente pode auxiliar os profissionais escolares na reorganização curricular da escola em que atuam. O objetivo dessa análise é trazer, para o debate, elementos para discutir com os educadores, informações que estimulem uma reflexão coletiva sobre os conhecimentos e as atividades selecionadas para o desenvolvimento e consolidação das habilidades e competências dos estudantes. A discussão proposta, deste modo, busca debater o papel da direção, da coordenação pedagógica e do corpo docente na organização de suas atividades para cada etapa de escolarização. É imprescindível assim, o trabalho de toda equipe escolar para uma revisão coletiva da proposta curricular e das práticas pedagógicas, com vistas à garantia do direito dos estudantes brasileiros a uma educação de qualidade.

Patrícia de Sá Dias de Souza (IF Sudeste MG)

patriciasa.souza@gmail.com

Fernando Tavares Júnior (UFJF)

ftavares@caed.ufjf.br

O presente trabalho discute os fatores relacionados às reprovações nas primeiras séries dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora. A tendência de aumento no número de reprovações nos últimos anos no IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora é o que justifica esta pesquisa. Em 2010 contatou-se aproximadamente 17% de reprovações, em 2013 o número aumentou para 30%, ou seja, quase dobrou. O objetivo geral desta pesquisa é realizar um diagnóstico para compreender os fatores que ocasionam o fracasso escolar observado: a reprovação nas primeiras séries dos técnicos integrados ao ensino médio dos cursos de Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica, Informática, Mecânica e Metalurgia. Os objetivos propositivos envolvem ações que identifiquem os fatores relacionados à reprovação, visando melhoria no rendimento dos alunos e a redução no número de reprovações nas primeiras séries dos cursos do ensino técnico integrado ao médio. O instrumento que será utilizado é o questionário para os alunos repetentes e professores e a entrevista semiestruturada para o diretor de ensino e as pedagogas. Além disso, foi utilizada como ferramenta a análise documental. Ao realizar um levantamento no SIGA – ensino/ Sistema de Gestão Acadêmica sobre o quantitativo de reprovações obteve-se os seguintes resultados parciais para as primeiras séries dos cursos técnicos integrados: em 2010 foram 37 reprovados (17,6%). Em 2011 o IF Sudeste MG teve 38 alunos reprovados (18%). Em 2012, o total de reprovados caiu para 33 (16%). Já em 2013, o número de reprovados subiu para 64 (30,5%). O universo de alunos nas primeiras séries dos cursos técnicos integrados é de 210 no total, pois são 6 turmas de 35 alunos cada. Reprovar um terço dos alunos é um resultado insatisfatório para todos os envolvidos: alunos, escola, pais e, professores. Os dados de 2014 são: 54 alunos reprovados (25,7% dos matriculados). É importante ressaltar que do quantitativo de reprovados nas primeiras séries dos cursos técnicos integrados, no ano de 2013, observou-se que dos 64 alunos, 45 ingressaram através da cota de escola pública e 19 pela ampla concorrência. Já no ano de 2014, no qual foram reprovados nas primeiras séries dos cursos técnicos integrados, 54 alunos, tivemos 40 cotistas e 14 não-cotistas. Este resultado evidencia que a equidade não tem se efetivado nas práticas acadêmicas. Ao mesmo tempo em que se verificam altos índices de fracasso escolar, especialmente entre os ingressos pelas políticas afirmativas, os resultados do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora em avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio / ENEM se mostram de grande sucesso. Na edição 2014, o IF Sudeste – Campus Juiz de Fora ficou em 5º lugar entre as mais de 200 unidades de Institutos Federais brasileiras. Se destacou em 5º lugar entre escolas públicas e privadas dentro da cidade de Juiz de Fora. Isto demonstra o quanto a instituição tem ofertado uma educação de qualidade e devido a isto, é preciso garantir que o quantitativo de reprovações seja reduzido para que todos os alunos possam participar do processo de equidade educacional.

A IMPLANTAÇÃO DO BLOCO ALFABETIZADOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Tânia Maria da Costa e Silva Alberto (SME Campos dos Goytacazes/RJ)

taniamcsa@yahoo.com.br

O presente trabalho trata da análise do processo de implantação do bloco alfabetizador na rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes, RJ como ferramenta de gestão pedagógica do processo de atendimento a meta 05 do PNE e do PME do Município, bem como o atendimento a meta 7. Em 2015 a rede municipal de ensino implantou através de resolução aprovada no CME a adoção do bloco alfabetizador em todas as escolas da rede com o objetivo de trabalhar o fluxo escolar uma vez que as séries iniciais são as de maior retenção no município. Analisando a situação do IDEB 2013 do município e das escolas municipais pudemos observar que o grande gargalo da distorção idade série não se encontra na proficiência dos alunos demonstrados na prova Brasil de 2013 e sim no alto índice de reprovação em todas as séries do 1º segmento do Ensino Fundamental. Neste momento estamos recolhendo dados, participando, acompanhando e analisando todo o processo de orientação pedagógica aos professores, pedagogos e gestores das escolas municipais na apropriação de novos instrumentos de acompanhamento das aprendizagens dos alunos, nas dificuldades encontradas por pedagogos e professores no preenchimento dos instrumentos técnicos criados pelo município, bem como a análise do resultado final de desempenho dos estudantes dos respectivos 1º, 2º e 3º de escolaridade frente a essa nova forma de desenvolver o trabalho escolar, monitorar e avaliar o desempenho dos estudantes e propor alternativas para as novas turmas de consolidação da alfabetização que serão instituídas para o ano letivo de 2016 em decorrência da retenção de alunos no 3º ano de escolaridade.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: UMA PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA / MG

Ana Paula Xavier (PJF)

anapaulaxavier74@gmail.com

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins (PJF)

tanuscherp84@gmail.com

Cláudia Mara Lara Melo Coutinho (UFF)

claudialaramelocoutinho@gmail.com

A educação de Surdos vem sofrendo significativos avanços no que se refere às políticas públicas que, invariavelmente, desaguam dentro dos ambientes escolares. Pensar em uma educação que atenda as especificidades linguísticas destes sujeitos é imperioso no atual momento. O presente artigo tem como objetivo apresentar como se deu a implementação de uma proposta inclusiva bilíngue para Surdos em uma escola comum e os caminhos percorridos para tal. As escolas bilíngues, também chamadas escolas de Surdos, são aquelas em que a língua de instrução é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Diante das inquietações e na busca de possibilitar ao aluno Surdo melhores condições de aprendizagem e de fomentar sua autonomia linguística implementamos, em conjunto com profissionais que trabalhavam no Núcleo de Atendimento a Criança em Idade Escolar Sul (NEACE/Sul), uma proposta “nova” e diferenciada na rede municipal de ensino: Uma proposta de Ensino Inclusivo Bilíngue Faremos uma breve análise dos documentos oficiais que norteiam as políticas públicas de educação de Surdos bem como os processos de inclusão destas políticas no âmbito escolar. Assumimos aqui o papel na gestão e tendo este olhar como base fundamental para a promoção de uma educação mais equânime e com qualidade para os sujeitos Surdos entendendo que as grandes dificuldades de substancializar uma política mais efetiva estão alojadas em barreiras filosóficas, políticas e também pedagógicas. Para entendermos a necessidade e importância desta perspectiva para a aprendizagem dos alunos Surdos, precisamos compreender o que é Bilinguismo e o que significa o BI em bilinguismo e como assegurar o ensino de sua língua natural LIBRAS (L1) dando centralidade e retirando do nosso entendimento o estereótipo de deficiente do sujeito Surdo.

O CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO E A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO NA PERCEPÇÃO DE EGRESSOS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ

Humberlandia Moreira Bezerra Grangeiro (PPGP/UFJF)

hgrangeiro@caed.ufjf.br

A pesquisa analisa, a partir das percepções dos egressos, em que medida a Escola Estadual de Educação Profissional Comendador Miguel Gurgel contribuiu com os cursos técnicos de nível médio na preparação do jovem para o trabalho. A realização deste estudo justifica-se por constatar-se que a escola tem encontrado dificuldades para formação de algumas turmas, em determinados cursos. Mediante uma pesquisa qualitativa, na forma de um estudo de caso, o trabalho foi embasado pelo referencial teórico que trata da gestão escolar e das relações entre educação e trabalho, a saber: Ramon de Oliveira (2012), Heloísa Lück (2009), Gaudêncio Frigotto (2004), Maria Ciavatta (2004), Eliezer Pacheco (2012), dentre outros. Assim, foram coletados dados por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica, além de entrevistas com docentes da disciplina de Estágio Supervisionado e aplicação de questionários para alunos que concluíram os cursos técnicos em Informática e Secretariado na Escola Estadual de Educação Profissional Comendador Miguel Gurgel no período de 2010 a 2014. Os resultados mostraram a necessidade da criação de um programa para captação de alunos, acompanhamento de cursistas e monitoramento de egressos, além de um projeto de avaliação dos cursos ofertados na escola, com maior articulação com as políticas setoriais e estruturantes de trabalho e renda, sem perder a ênfase na formação integral do cidadão.

GRUPO TEMÁTICO 7

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO: OS
DESAFIOS DAS METAS 1 E 2

OS DESAFIOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) NO MUNICÍPIO DO RECIFE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Rozineide Maria dos Santos (PPGP/CAEd/UFJF)

loredanabr@gmail.com

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir a formação continuada de professores a partir das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e sua concretização no município do Recife. Os objetivos definidos para este estudo foram analisar a forma como o PNAIC vem sendo estruturado no município do Recife desde o ano de 2013, a fim de identificar os elementos que tem contribuído ou obstaculizados o bom funcionamento deste programa, com o propósito de pensar e propor estratégias que venham a garantir um maior número de professores alfabetizadores participando das formações. Assumimos como hipóteses que a estrutura da formação proposta aos professores, tanto a partir do MEC, quanto a partir da sua concretização no município do Recife, sejam determinantes para a adesão dos professores a esta formação. Para tanto, utilizaremos, como metodologia a pesquisa qualitativa especificadamente, estudo de caso, pois Segundo Neves (1996) é comum, na pesquisa qualitativa, os pesquisadores procurarem “entender o fenômeno, segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados”. Como instrumento de pesquisa, utilizaremos o questionário com questões semiestruturada e o roteiro para grupos focais. O público alvo da nossa pesquisa serão os professores alfabetizadores que atuaram no ciclo de alfabetização nos anos de 2013 e 2014 e os Orientadores de estudo que compuseram a equipe do PNAIC neste período.

A formação inicial e continuada de professores/as da Educação Infantil é uma das estratégias da meta 1 do Plano Nacional de Educação para melhorar a qualidade da educação em nosso país. Estudos recentes sobre o currículo dos cursos de pedagogia no Brasil têm revelado que existe ausência e/ou pouca atenção destinada à docência para/com crianças de zero a três anos de idade. Este estudo versa sobre uma pesquisa-intervenção acerca da formação em serviço de professoras que atuam em uma creche, bem como da formação inicial de professoras em nível universitário (pedagogia) para crianças dessa faixa etária. O estudo valoriza a relação dialógica entre universidade e creche na formação docente, e problematiza temas da prática pedagógica, tomando como fio condutor a organização espacial. A referência teórico-metodológica adotada é a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento infantil e de meio/espaço/ambiente, assentada no pensamento de Lev Vigotski. Nessa abordagem, a relação ambiente-pessoa é considerada simbólica e histórica na qual são produzidos significados e sentidos que afetam o desenvolvimento infantil e as práticas pedagógicas da creche. A pesquisa está sendo desenvolvida em uma creche municipal de Juiz de Fora (MG) desde janeiro de 2015. As ações formativas com as professoras ocorrem em contextos especificamente criados para a discussão de temáticas que emergem a partir da questão espacial, tais como: brincadeira, relação creche-família e projetos de trabalho. Esses contextos são denominados encontros reflexivos, e ocorrem mensalmente, no Dia Pedagógico, com duração de duas horas. Os encontros reflexivos são planejados a partir de pesquisa documental (projeto pedagógico da creche/2014 e projeto de trabalho “Reflexão dos espaços”/2013), observações participantes, notas de campo e registro fotográfico de interações de crianças e professoras com os aspectos físicos dos diferentes ambientes da instituição, realizados por três bolsistas. Até agora, ocorreram cinco encontros reflexivos, que abordaram os seguintes aspectos: a percepção dos espaços, os espaços desejados; a relação dos espaços com a prática pedagógica, a potencialização dos espaços e transformações dos espaços nos projetos de trabalho. Percebemos que a reflexão crítica e conjunta desses temas tem favorecido a emergência de novas/outras maneiras de pensar a organização dos espaços, mais sensíveis às demandas das crianças e, portanto, mais potentes. Os resultados preliminares sugerem que ações de intercâmbio e colaboração entre universidade e creche, mediante pesquisas dessa natureza, podem contribuir significativamente para as políticas de formação inicial e continuada, bem como a reflexão crítica de práticas naturalizadas na creche.

A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Cristina Moraes de Carvalho (PJF)

mcmoraes9@gmail.com

O artigo tem por objetivo discutir a atuação da coordenação pedagógica no processo de avaliação da Educação Infantil, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino em instituições destinadas ao seu atendimento. O tema da avaliação na/da Educação Infantil vem ganhando relevância no cenário das políticas públicas educacionais, sobretudo quando é definido pelo Plano Nacional de Educação, instituído através da Lei 13.005, em sua Meta 1, estratégia 1.6, que até o segundo ano de vigência do plano a Educação Infantil será submetida a uma avaliação externa à escola. Isso requer estudos acerca de processos de avaliação apropriados às crianças atendidas, que sejam capazes de traduzir padrões de qualidade exigidos pelos marcos legais. O artigo constitui-se num estudo bibliográfico, apoiado em autores que se dedicaram às pesquisas em torno da avaliação das instituições de Educação Infantil, sobretudo a partir de um processo que considere a participação de todos os membros da comunidade escolar. Ainda foram considerados como referência para a produção do artigo os estudos do Ministério da Educação sobre avaliação na/da Educação Infantil, bem como sobre a atuação da coordenação pedagógica como mediadora nesses processos. Conclui-se sobre a relevância da coordenação pedagógica assumir a condução da avaliação da instituição, articulando a participação dos diferentes membros da comunidade escolar, tendo por eixo norteador o princípio da gestão democrática.

Desde a década de 1970, a educação vem apresentando uma extensa ampliação da oferta de oportunidades educacionais, especificamente no que se refere ao aumento contínuo de vagas nas escolas públicas, que, no final dos anos de 1990, levou a considerar universalizado o acesso ao ensino fundamental, da população da faixa etária correspondente. Desde então, a oferta de vagas nas outras etapas da educação básica vem aumentando também de forma significativa, embora produzindo novas desigualdades educacionais (DUBET, 2004; CRAHAY, 2002; OLIVEIRA, 2007). Com o objetivo de verificar a ampliação desta oferta educacional, este estudo irá verificar as taxas de matrícula referentes à educação infantil, dividida em: pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) – etapa escolar que se tornou compulsória a partir da lei no 12.796/2013 – e creche (crianças de 0 a 3 anos). Analisar os dados de desigualdade de acesso à educação infantil se justifica uma vez que há o entendimento de que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A partir desse entendimento, o Plano Nacional da Educação (PNE 2014/2024) estabeleceu na meta 1 a universalização, até 2016, do acesso à pré-escola e a ampliação da oferta de creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças com até 3 anos de idade, até o final da vigência do PNE. Para fazer o mapeamento da desigualdade de acesso à educação infantil, o estudo fez uso dos dados referentes à taxa de matrícula da creche e da pré-escola por região, localidade, raça/cor e renda familiar per capita. Um dos resultados apontam que no ano de 2013, as escolas e creches brasileiras atendiam a 27,9% das crianças de 0 a 3 anos, sendo que essa oferta era muito desigual segundo as regiões: enquanto o Norte atendia a 12,7% das crianças, o Sul atendia a 35,2%, ou seja, mais que o dobro. Por localização, 30,8% das vagas eram ofertadas em escolas urbanas, enquanto que as escolas rurais ofertavam apenas 13% das vagas. Já a oferta por raça/cor, 32,6% das crianças atendidas eram negras e 30,7% brancas. No que diz respeito ao acesso por renda per capita, 47,6% eram crianças com renda familiar per capita alta (25% mais ricos), ao passo que apenas 20,4% das crianças com renda familiar per capita baixa (25% mais pobres) eram atendidas. Já os dados referentes à pré-escola evidenciam que, no ano de 2013, 87,9% das crianças da faixa etária estavam frequentando a escola. No entanto, a distribuição desta oferta não se dá de forma equilibrada, uma vez que, na região Norte, 78,8% das crianças são atendidas e no Nordeste, esse percentual é de 92,6%. Por localização, as escolas urbanas atendem a 89,1% e as escolas rurais a 82,4%. Por raça, a distribuição é bastante homogênea e por renda familiar per capita, tem-se que 95,8% das crianças atendidas pertencem aos 25% mais ricos, enquanto que 85% das crianças pertencem aos 25% mais pobres. De uma maneira geral, os dados analisados levam a conclusão de que embora o acesso à educação infantil esteja sendo ampliado com o passar do tempo, essa ampliação se dá de forma bastante desigual, principalmente entre as regiões, as áreas urbanas e rurais e entre os alunos mais ricos e mais pobres.

UMA PERSPECTIVA DE CLASSE E GÊNERO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO DAS CRIANÇAS E DAS FAMÍLIAS

Nathalie Reis Itaboraí (UFJF)

nathalieri@uol.com.br

A educação infantil vem ganhando destaque no debate internacional sobre desigualdades sociais e formação de capital humano. Considera-se que as experiências positivas ou negativas na primeira infância têm um impacto decisivo e as crianças que participam de programas de estimulação se saem melhor na escola e na vida. Critica-se, no entanto, a adoção de uma retórica enganadora de redenção pela educação que ignora o pertencimento de classe (Penn, 2002), bem como as propostas de cuidado infantil, como as promovidas pelo Banco Mundial, baseadas em programas informais como creches domiciliares, vistas como uma forma de atender pobremente a pobreza. Os debates sobre a educação infantil no Brasil enfatizam a importância da expansão do atendimento público de forma regular, preconizando-se um modelo de educação infantil democrático, de qualidade e centrado nas necessidades e cultura das crianças (Rosemberg, 2003). Esta é considerada uma forma de enfrentamento das desigualdades sociais entre famílias (que se expressam de variadas formas, como na distribuição de capital cultural, social e econômico, conforme Bourdieu, 2007) e também de revisão do papel socializador atribuído exclusivamente às famílias, e particularmente às mulheres, ampliando os debates sobre políticas públicas de cuidados (Montaño; Calderón, 2010). Neste contexto, o presente trabalho objetiva analisar criticamente a primeira meta do Plano Nacional de Educação relativa à educação de crianças de zero a cinco anos, debatendo os desafios da equalização do acesso e as possíveis implicações democratizantes, do ponto de vista das relações de classe e gênero, da expansão da educação infantil. Emprega-se análise da literatura acadêmica, de documentos oficiais e de dados estatísticos. Inicialmente, apresenta-se o debate internacional sobre a importância da educação na primeira infância e o processo de inclusão da Educação Infantil (EI) nos documentos oficiais brasileiros. Destaca-se que diversos atores estão presentes no debate sobre EI, que inclui tensões e negociações entre Estado, organizações multilaterais, movimentos sociais e feministas/de mulheres, além de especialistas em educação. A seguir, apresenta-se um breve histórico da constituição das instituições de educação infantil no Brasil e as desigualdades sociais quanto aos formatos educacionais propostos para públicos de diferentes níveis sociais. Na terceira parte, empregam-se tabulações dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (IBGE) de 1996, 2006 e 2012 para caracterizar as desigualdades de acesso entre crianças de famílias com diferentes condições socioeconômicas. Na conclusão discute-se as potencialidades e limites da democratização do acesso à educação infantil em curso, levantando alguns dos desafios para que tal expansão esteja articulada ao desafio da promoção da equidade, enfrentando as desigualdades (de classe) entre famílias e as desigualdades (de gênero) dentro das famílias, na construção da educação infantil como efetivo direito das crianças à educação de qualidade e como direito das famílias a serem apoiadas em seu papel de socialização e cuidado infantil.

O PROGRAMA PROINFÂNCIA COMO POLÍTICA INDUTORA DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS: A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Víviam Carvalho de Araújo (PPGE/UFJF)

viviamc@powermail.com.br

Núbia Schaper Santos (UFJF)

nubiapsi@ig.com.br

O objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa que propõe investigar o processo de implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) no município de Juiz de Fora/MG. O programa, que foi lançado no ano de 2007 pelo governo federal, pretende ampliar a oferta de vagas na primeira etapa da Educação Básica a partir do repasse de recursos federais para construção de novas unidades de Educação Infantil e aquisição de equipamentos. Está em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), buscando contribuir para a expansão do direito à Educação Infantil ao ampliar a oferta de vagas na rede pública. Isso se justifica porque a Educação Infantil atravessa um momento importante de debate no meio acadêmico e político e um novo ordenamento legal apresenta proposições e desafios para esta etapa da Educação Básica em nosso país. A recente publicação da Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013 (BRASIL, 2013) introduz mudanças significativas na Educação Infantil e vem provocando debates na área. De acordo com a referida Lei, a Educação Básica passa a ser obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. Essa mudança, que traz impactos para a estrutura e a gestão da Educação Infantil, vem chamando a atenção de estudiosos da área para os desdobramentos decorrentes da nova configuração do ensino obrigatório. Considerando o atual cenário, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) também apresenta discussões acerca da situação da educação das crianças pequenas. O projeto de Lei do novo PNE entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 e norteará o campo da educação nas esferas municipais, estaduais e federal nos próximos 10 anos. A Educação Infantil é contemplada na meta 1 do novo PNE que propõe universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. Para essa meta, o PNE estabelece 17 estratégias de ação que trazem em seu bojo concepções de educação e de infância que orientarão as ações na área educacional, enfatizando o direito das crianças à educação desde o nascimento. Ao eleger como campo de investigação o contexto de implementação do Programa Proinfância no município de Juiz de Fora/MG, pretende-se utilizar a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball por possibilitar a compreensão da trajetória das políticas a partir do contexto de influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados (efeitos) e contexto da estratégia política. O município de Juiz de Fora tem atualmente aprovada a construção de 14 Centros de Educação Infantil a partir do Programa, sendo que destes, 3 já estão em funcionamento. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que pretende, a partir da análise do processo de implementação do Programa Proinfância no município de Juiz de Fora/MG, contribuir para o debate acadêmico e político sobre a Educação Infantil no Brasil.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antônio Eldi de Sá Júnior

Adelaide da Silva Carvalho

Adriana da Silva Lisboa Tomaz

Adriana da Silva Lisboa Tomaz

Adriana Maria Vieira Molica

Alcinete Santos Castro

Aline Rinco Dutra Salgado

Ana Lúcia da Silva

Ana Paula Xavier

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

André Luis Dolencsko

Andressa Luiza de Souza Mafra

Aneloria Costa Gadlha

Anna Cecília Assis Mendonça

C

Camila Faria Balduti

Carla da Conceição de Lima

Carla da Conceição de Lima

Carlos Antonio Diniz Junior

Cíntia Cristina de Campos Silva

Cláudia Mara Lara Melo Coutinho

D

Daniel Costa de Paiva

Daniela Magalhães Pereira

Denio Menezes da Silva

E

Écio Antônio Portes

Edjane de Lima Brito Mélo

Eduardo de Sá Fortes Leitão

Elaine Leite Araujo Silva

Elizabeth Oliveira de Medeiros

Enio Henrique Teixeira

F

Fernando de Sousa Santana

Fernando de Sousa Santana

Fernando Tavares Júnior

Franciele Daiane Rodrigues Resende

Franciene Aparecida da Silveira

Francisca Eudeilane da Silva Pereira

Francisco Jucivânio Felix de Sousa

G

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins

Gilmar José dos Santos

Guilherme Ítalo Nunes de Oliveira

H

Helena Rivelli

Helena Rivelli

Hélia de Miranda Glória

Humberlandia Moreira Bezerra Grangeiro

I

Ivania Miranda Rodrigues Cardoso

Ivanildo Luis Barbosa de Sousa

J

Janaina Moreira de Oliveira Goulart

Joel Rodrigues Arcanjo

Jorge Barbosa de Oliveira

L

Leonardo Alexandrino de Almeida

Leonardo Parma de Lima

Leonardo Parma de Lima

Ligia Gomes do Valle Luna

Lindalva Marta Menezes Rodrigues

Lucelia Cristina Brant Mariz Sá

Luciana Santos Horta

Luciney Miranda da Silva Santos

Luís Antônio Fajardo Pontes

Luís Antônio Fajardo Pontes

M

Márcia Aparecida Batista Ferreira

Marcia Cristina da Mota Sales

Márcia Rejane Damasceno Dias

Marco Aurelio Kistemann Junior

Maria Angélica Rodrigues Martins

Maria Cristina Moraes de Carvalho

Maria das Graças de Oliveira

Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Maria Salete Linhares Boakari

Marina Furtado Terra

N

Naira da Costa Muylaert Lima

Nathália Carvalho Costa

Nathalie Reis Itaboraí

Núbia Schaper Santos

P

Paulo Aparecido Tomaz

Paulo Henrique Rodrigues

Paulo Itaciomar Teles Bastos

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone

Pricylla Soares de Freitas

Priscila Campos Cunha

Priscila Fernandes Sant'anna

Priscila Gonçalves Cruz

R

Raquel Vianelo Sell

Rayssa Lopes Bastos

Roberto Araújo da Silva

Robertson Saraiva

Rogério Augusto dos Santos

Ronny Alex Liborio dos Santos

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Rozineide Maria dos Santos

S

Samuel Gonçalves Pinto

Samuel Gonçalves Pinto

Silmar da Silva Ferreira

Silvana Sousa Andrade

Silvana Sousa Andrade

T

Tânia Maria da Costa e Silva Alberto

Tatiana Costa Coelho

Tatiane Gonçalves Moraes

Telma de Oliveira Vidigal

Thamyres Wan de Pol Fernandes

Tiago Lima e Silva

V

Vagno dos Santos Ramos

Vanessa Moreira Nunes de Paiva

Vítor Fonseca Figueiredo

Víviam Carvalho de Araújo

